

Síntese histórica das guerras, conflitos e revoltas no Ceará e no Nordeste, e sua bibliografia

SERIDIÃO CORREIA MONTENEGRO¹

RESUMO

Apresenta-se, neste artigo, uma síntese histórica dos movimentos armados ocorridos no Ceará e no Nordeste, compreendendo guerras, batalhas, revoltas, ações de resistência, massacres, revoluções, levantes, conspirações, conjurações, escaramuças e sedições, desde o período colonial brasileiro, até meados da segunda década do século XX. Na ordenação das narrativas, procurou-se, tanto quando possível, seguir a sequência cronológica dos fatos. Como se trata de sínteses, não há a pretensão de esgotar os assuntos objeto dos episódios relatados, tendo sido inserida, ao final do trabalho, uma bibliografia básica, que poderá ser tomada como ponto de partida para o aprofundamento dos temas tratados, através de outras fontes de consulta. Em observância às regras de submissão que limitam a extensão dos artigos na Revista do Instituto do Ceará, deixaram de ser expostas as sínteses dos eventos bélicos ocorridos após a segunda década do século XX.

ATAQUE DOS ÍNDIOS CAETÉS E CERCO DE IGARASSU – PE: 1535.

No ano de 1535, Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, chegou à localidade de Igarassu – PE, para tomar posse das terras recebidas em doação da Coroa Portuguesa, habitadas até então pelos índios Caetés. Em 1549, os novos habitantes de Igarassu foram alvo de ataques desses aborígenes, tendo em sua defesa apenas 120 portugueses e mais 40 mercenários alemães contratados pelo governador, chefiados por Hans Staden, os quais utilizaram como estrutura de apoio uma feitoria

¹ Sócio efetivo do Instituto do Ceará e Secretário-Geral

de pau-brasil que havia sido construída por Cristóvão Jaques, na margem direita da foz do rio Igarassu, na segunda década do século XVI. Depois de encarniçada luta, os Caetés impuseram um cerco de 30 dias aos entrincheirados na feitoria, que resistiram e, com as armas de que dispunham, conseguiram derrotar os 8.000 atacantes Caetés. Posteriormente, foi instalado no local um marco de pedra, onde, em 1954, foi criado o Museu Histórico de Igarassu. Também merece destaque o fato de ter sido construída nessa vila em 1535 a mais antiga igreja do Brasil, a Igreja de São Cosme e Damião de Igarassu - PE.



Paisagem de Igarassu, 1957. Georges Wambach. Aquarela sobre papel, c.i.d.

Fonte: Site da Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra33121/paisagem-de-igarassu>. Acesso em: 03 outubro 2024

GUERRA DOS AIMORÉS NA BAHIA E ESPÍRITO SANTO: 1555 – 1673.

Os índios da tribo Aimoré viviam em meio às florestas de Minas Gerais e Espírito Santo, protegidos do sol pelas matas. Tinham a pele clara e eram altos e corpulentos. Com a chegada dos colonizadores, que necessitavam de mão-de-obra para o cultivo da terra e para a criação de gado, e dos bandeirantes, para a atividade de mineração, começaram as tentativas de escravização desses indígenas, que, em razão dos hábitos

nômades, se deslocaram, através das bacias dos rios Jaguaripe e Paraguaçu, até os territórios dos atuais municípios de Ilhéus e Porto Seguro, na Bahia. A Guerra dos Aimorés, que se estendeu de 1555 a 1673, foi uma reação dos ameríndios às tentativas de sua escravização. O bandeirante Fernão de Sá, filho do Governador-Geral do Brasil Mem de Sá, era um desses exploradores, comandando as bandeiras no Espírito Santo, onde se deparou com a tribo aimoré. A partir de então, ocorreram vários episódios bélicos, sendo o primeiro deles a Batalha do Cricaré. Nesse combate, ocorrido em 1557, a iniciativa da luta foi dos portugueses, que, com receio de ataques dos índios ao donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, se deslocaram de Porto Seguro em seis embarcações, com cerca de 200 homens, em direção a Cricaré - ES, e atacaram os silvícolas, que ofereceram resistência em três fortificações. Os portugueses destruíram duas, e, após dias de intensos combates, foram derrotados, fugindo depois que seu comandante Fernão de Sá foi morto. Mem de Sá, para vingar a morte do filho, enviou aos territórios do Espírito Santo e Bahia nova expedição, promovendo grande matança de aimorés, que, entretanto, continuaram resistindo heroicamente à perseguição dos homens brancos, por cerca de 118 anos.

GUERRA DOS POTIGUARAS NA PARAÍBA: 1574 – 1599.

Essa prolongada guerra teve início com o sequestro da filha de um cacique da tribo potiguara, pelo senhor de engenho Diogo Dias. Para resgatar a cativa e vingar a ação criminosa, os índios potiguaras invadiram o engenho e mataram todos os seus habitantes. Em represália à matança, foram deslocadas para a região, em 1574, tropas portuguesas, para ações punitivas, que se desenvolveram entre 1575 e 1584. Em 1579, os potiguaras derrotaram os portugueses na barra do rio Paraíba, tendo sido mortos quarenta portugueses, dentre os quais o filho do capitão da armada e alguns espanhóis nobres. Mesmo com a chegada de reforço para o exército português, vindo de Pernambuco por terra, os homens brancos novamente foram derrotados pelos potiguaras. Os portugueses apelaram para o governador da Bahia, mas somente cinco anos depois, no início de 1584, o seu pedido foi atendido e mandados sete navios espanhóis e dois portugueses, para ajudarem na construção de um forte na barra

do rio Paraíba, e para o combate à tribo inimiga. A tropa portuguesa contava com 50 arcabuzeiros espanhóis, 90 cavaleiros e em torno de 150 combatentes a pé, além de grande número de indígenas aliados. Mais uma vez, os potiguaras saíram vitoriosos, matando cerca de 400 índios inimigos e mais de 50 portugueses, tendo os sobreviventes fugido. Os índios Tabajara, depois de fazerem uma breve aliança com os Potiguaras, aliaram-se aos portugueses, enquanto os potiguaras firmaram aliança com os franceses. Com a chegada da epidemia de varíola à região, os potiguaras, enfraquecidos pela doença, foram massacrados. Em 11 de junho de 1599, com a intermediação dos jesuítas, foi selado um acordo de paz entre as partes litigantes, passando os potiguaras à condição de súditos da Coroa Portuguesa e seus aliados em outras guerras.

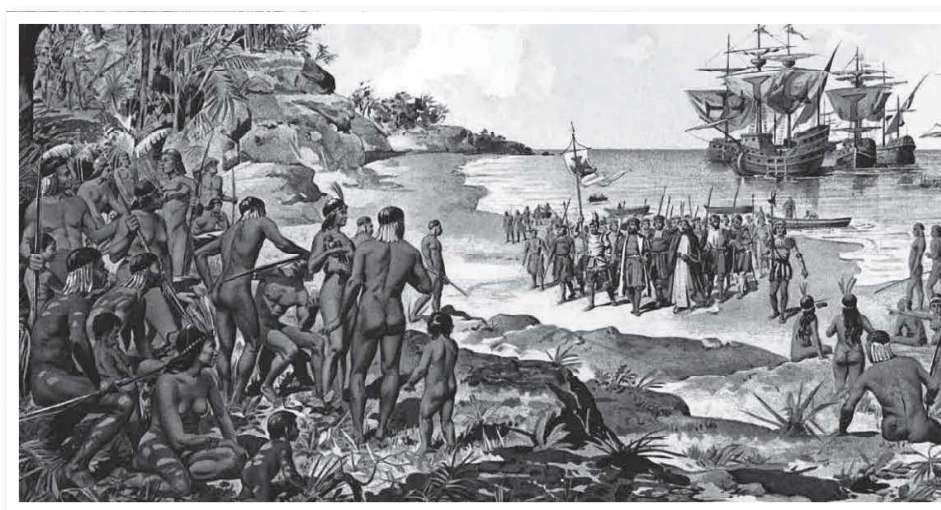
INVASÕES FRANCESAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: 1555 – 1615.

Ao longo da nossa história, podemos identificar dois períodos em que ocorreram invasões francesas de importância no território brasileiro, entre os séculos XVI e XVII, visando à fundação de colônias: a colônia denominada de França Antártica, no Rio de Janeiro e a colônia que ficou conhecida como França Equinocial, no Maranhão. A invasão francesa do Rio de Janeiro (1555-1567), está fora da área objeto do presente trabalho – o Ceará e o Nordeste.

Invasão Francesa do Maranhão: 1612 – 1615.

Depois da tentativa frustrada de colonização francesa no Rio de Janeiro, nova investida ocorreu com a chegada dos armadores Jacques Riffault e Charles des Vaux, em 1594, à Ilha do Maranhão, onde fundaram um estabelecimento provisório. Voltaram em seguida à França, de onde retornaram com homens, armas, colonos e missionários franciscanos. Mas, pouco tempo depois, primeiro Riffault e depois Charles des Vaux, retornaram a seu país. Em 1612, chegou ao Maranhão, para dar início ao processo de colonização, Daniel de la Touche, Senhor de La Ravardière, comandando os navios La Charlotte, La Sainte Anne e La Régente, e fundou São Luís (homenagem ao rei Luís XIII), que seria a capital da colônia francesa – a França Equinocial. A iniciativa dessa expedição foi de comerciantes e nobres franceses, que pretendiam explorar

no Brasil a atividade açucareira. Nesse mesmo ano, o administrador colonial português Gaspar de Sousa, nomeado governador-geral do Brasil por Felipe III, foi designado, por regimento escrito de 6 de outubro de 1612, para combater e expulsar os franceses que haviam ocupado o Maranhão. Dom Gaspar assumiu o governo em Pernambuco e determinou o deslocamento para o Maranhão de várias pequenas embarcações de dois mastros (sumacas), procedentes de Pernambuco, Parahyba, Bahia e Ceará, tendo como missão a expulsão dos invasores franceses. Em 19 de novembro de 1614, ocorreu, nas proximidades da atual cidade de Icatu (MA), o confronto militar que ficou conhecido como a Batalha de Guaxenduba, entre as forças portuguesas e tabajaras, de um lado, e francesas e tupinambás, de outro. Ao final da batalha, Daniel de la Touche, derrotado, propôs uma trégua aos portugueses, que a aceitaram. Ficou acertado o envio de emissários às cortes da França e de Portugal, a fim de tentarem resolver o conflito pela via diplomática, sendo acordado de imediato um cessar-fogo. Em outubro de 1615, o capitão-mor de Pernambuco Alexandre de Moura se deslocou para o Maranhão, trazendo reforços militares e mantimentos, e, após assumir o comando geral das tropas portuguesas, rompeu a trégua e ordenou o cerco do Forte de São Luís, onde se encontravam os franceses. Depois de dois dias de intensas lutas, Daniel de la Touche se rendeu e em 4 de novembro de 1615 os franceses foram embarcados em dois navios de volta a seu país.



Invasão Francesa do Maranhão – retomada da França Equinocial pelos portugueses.
Fonte: <https://conhecimentocientifico.r7.com/conheca-a-franca-equinocial-colonia-que-fundou-a-cidade-de-sao-luis/> Acesso em: 10 de novembro de 2024. <https://conhecimentocientifico.r7.com/conheca-a-franca-equinocial-colonia-que-fundou-a-cidade-de-sao-luis/>

INVASÕES HOLANDESAS: 1624 – 1654.

As invasões holandesas no Brasil ocorreram na primeira metade do século XVII, quando os neerlandeses decidiram estabelecer uma colônia no nordeste brasileiro. Nessa época, com a morte do rei português Dom Sebastião, que não tinha filhos, Portugal ficou sem rei, com o fim da dinastia de Avis, ocorrendo então a União Ibérica (1580-1640), em que o reino português ficou sob o domínio espanhol, governado pelo rei Filipe II, que havia invadido Portugal, anexando-o à Espanha, juntamente com as colônias portuguesas na América, inclusive a do Brasil. A motivação dos holandeses para a invasão do território brasileiro tinha natureza econômica – o interesse e a intenção de controlar a produção de açúcar no nordeste brasileiro e o seu comércio mundial. Em 9 de maio de 1624, contando com uma forte esquadra composta de 33 navios, e mais 500 canhões, 3 iates, 2.200 soldados e marinheiros, sob o comando do almirante Jacob Willekens e do vice-almirante Pieter Pieterzoon Heyn, e tendo como comandante das tropas Joan Van Dorth, os holandeses bombardearam a cidade de Salvador e, diante da débil resistência, desembarcaram no dia seguinte no Portal de Santo Antônio, ocupando a Bahia, então capital da colônia. Dos 15 navios encontrados no porto, os holandeses tomaram 8 e incendiaram 7. Prenderam em palácio o governador-geral Diogo de Mendonça Furtado, deportado em seguida para a Holanda, assumindo o governo da colônia Joan van Dorth. Supondo que a ocupação estava consolidada, a esquadra holandesa, com 300 homens, sob o comando de Pedro Heyn, foi deslocada para invadir o Espírito Santo. Não teve sucesso nesse desiderato, graças à ação defensiva dos habitantes, apoiados por Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro. Na Bahia, a resistência aos holandeses foi organizada sob a liderança do bispo D. Marcos Teixeira, ficando responsáveis pelo comando das forças de resistência Lourenço Cavalcanti, Antônio Carlos de Barros e Francisco Nunes Marinho, vindos de Pernambuco. O governador Joan van Dorth foi morto numa emboscada e, com a chegada de uma forte esquadra luso-espanhola, os holandeses, com a frota remanescente sitiada e assediados por terra, renderam-se em 30 de abril de 1625. Mesmo diante do fracasso dessa primeira investida, os holandeses não desistiram e, em fevereiro de 1630, invadiram e ocuparam Olinda e depois Recife, sendo nomeado governador-geral da colônia, em 1637, o conde João Maurício de Nassau-Siegen, militar alemão enviado pela Companhia das Índias Ocidentais

para administrar a colônia holandesa no Nordeste do Brasil. Maurício de Nassau governou com muita proficiência (até 1644): reorganizou a produção açucareira e introduziu métodos aperfeiçoados de cultivo da cana-de-açúcar e do fumo; reestruturou economicamente a região; concedeu empréstimos aos senhores de grandes propriedades produtoras de açúcar, visando a recuperação de seus engenhos; retomou o tráfico de escravos; promoveu a tolerância religiosa; incentivou a instalação de manufaturas na região; estimulou o plantio da mandioca, para evitar crise no abastecimento; viabilizou a realização de estudos científicos e de registros artísticos sem precedentes na história colonial brasileira; determinou a coleta de informações sobre os habitantes da região, bem como sobre os elementos da fauna e da flora; ordenou a construção de um observatório astronômico; construiu para si um novo palácio em Recife; promoveu o planejamento urbano da cidade e transformou Recife na capital de Pernambuco, onde criou um jardim botânico; proibiu as pessoas de jogarem lixo nas ruas e nos açudes, dentro da cidade e nos arredores de Recife, criando serviços essenciais, como os de coleta de lixo e de bombeiros; e estabeleceu o domínio do litoral, desde o Maranhão até a foz do rio São Francisco.



Maurício de Nassau

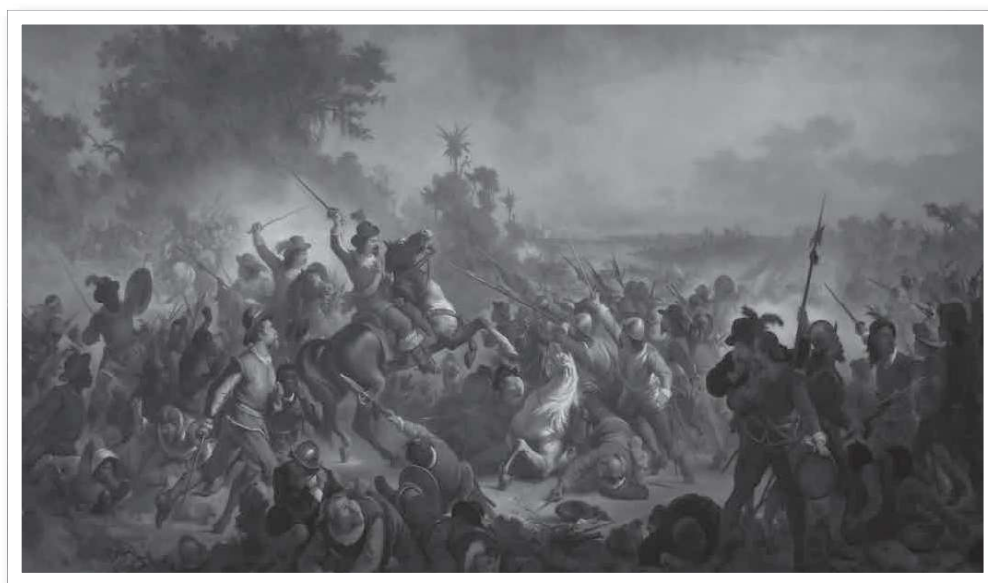
Fonte: Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Maur%C3%ADcio_de_Nassau. Acesso em: 03 outubro 2024

No ano de 1640, Portugal se libertou da dominação espanhola, aclamando d. João IV seu rei. Em 12 de julho de 1641, foi firmado um “tratado de aliança defensiva e ofensiva” - o Tratado de Haia -, entre o Reino de Portugal e a República Neerlandesa, estabelecendo uma trégua de dez anos, em que as duas partes se comprometiam a formar uma frota conjunta com a finalidade de atacar o Reino da Espanha. Esse pacto, entretanto, teve aplicação apenas no continente europeu, não prevalecendo quanto às colônias portuguesas em poder dos holandeses, ficando o armistício na dependência da publicação oficial para sua ratificação, o que jamais chegou a ocorrer. Nesse meio tempo, Maurício de Nassau foi ampliando suas conquistas, de Sergipe ao Maranhão.

Por divergências com a Companhia das Índias Ocidentais, que não aprovava a sua forma de governar e condenava o excesso de gastos na colônia, Maurício de Nassau foi dispensado em 30 de setembro de 1643, deixando o cargo de governador-geral em 22 de maio de 1644, quando retornou para a Holanda. A partir de então se iniciou um período de decadência do domínio holandês no Brasil. Com a falência da Companhia das Índias Ocidentais, empresa responsável pela administração das possessões holandesas fora da Europa, faltaram-lhe recursos para bancar a permanência holandesa no Nordeste do Brasil. Como forma de enfrentar essa difícil conjuntura econômica, foi intensificada, de forma abusiva, a cobrança de impostos, e exigido, com a utilização de métodos extorsivos, o pagamento, com juros bastante elevados, dos empréstimos que tinham sido concedidos aos produtores de açúcar, senhores de engenho de origem luso-brasileira, nos primeiros anos após a ocupação. A soma desses fatores provocou a insatisfação dos devedores e da população em geral e o início de sérios desentendimentos e conflitos entre portugueses e holandeses. Em 15 de maio de 1645, reuniram-se no Engenho de São João dezoito líderes favoráveis à expulsão dos holandeses do território brasileiro, assumindo por escrito o compromisso de lutar contra o domínio dos holandeses na região nordeste do Brasil. A revolta, denominada “*Insurreição Pernambucana*”, teve início em 13 de junho de 1645, sob o comando do luso-brasileiro André Vidal de Negreiros e do próspero senhor de engenho português João Fernandes Vieira, sem que os holandeses dessem muita importância a esses primeiros movimentos revoltosos. Quando, entretanto, as forças lideradas pelo africano negro liberto Henrique Dias e pelo índio potiguar

Filipe Camarão, conhecido como Poti, com a participação de centenas de indígenas sob seu comando, invadiram Alagoas, o governador holandês compreendeu a gravidade das ameaças representadas por essas ações e determinou o deslocamento de tropas militares para reprimir a rebelião que se disseminava rapidamente. Em 3 de agosto de 1645, ocorreu o enfrentamento entre os dois exércitos, na Batalha do Monte das Tabocas, sendo derrotado o exército holandês, depois de cair numa emboscada. Na Batalha do Monte das Trincheiras ou Batalha de Tejucupapo, em 24 de abril de 1646, as mulheres dessa localidade enfrentaram, ao lado dos poucos homens do lugar, e venceram cerca de 600 invasores holandeses, utilizando como armas água fervente, pimenta e pedaços de pau. Embora tenha sido uma batalha pouco relevante, teve o mérito de abalar o moral das tropas inimigas.

Primeira Batalha dos Guararapes: 1648.



Batalha de Guararapes – de Victor Meireles, pintado em 1879.

Fonte: Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_dos_Guararapes_\(Victor_Meireles\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_dos_Guararapes_(Victor_Meireles)). Acesso em: 03 outubro 2024

Em 18 e 19 de abril de 1648, ocorreu a primeira batalha dos Guararapes, confronto entre o exército holandês e os combatentes luso-brasileiros, que ocuparam o monte dos Guararapes, na Capitania de

Pernambuco, com uma tropa de 2.400 homens. No dia seguinte, chegou ao local contingente militar holandês com 4.500 soldados fortemente armados. Mas os brasileiros já ocupavam melhor posição estratégica. Separados do mar por uma região pantanosa e liderados por Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Filipe Camarão, atacaram ferozmente os inimigos, que fugiram e se retiraram para Recife. Na luta armada que durou apenas 5 horas, os combatentes luso-brasileiros saíram vitoriosos, mas sofreram a perda irreparável de um dos principais líderes do movimento, Filipe Camarão, que, ferido em combate, faleceu em seguida.

Segunda Batalha dos Guararapes: 1649.

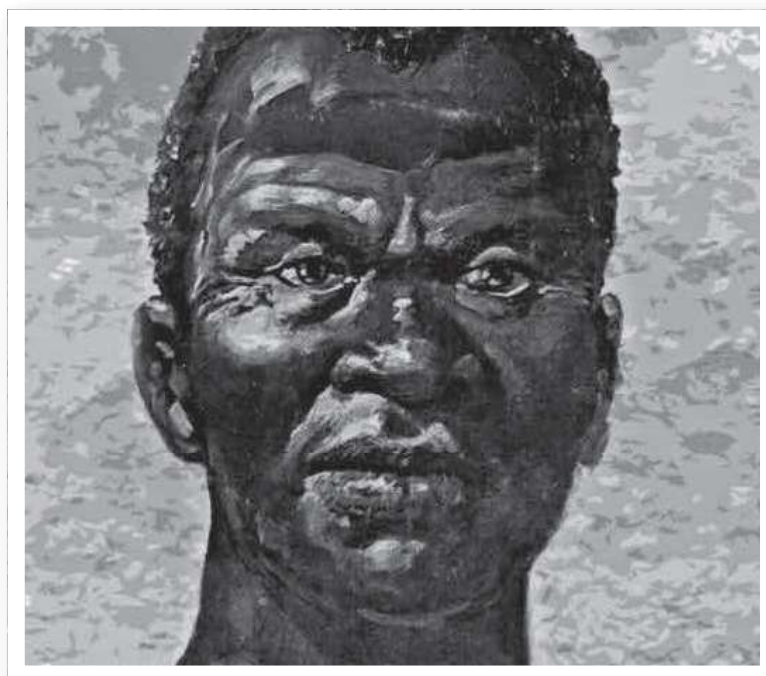
O segundo confronto entre forças holandesas e luso-nordestinas, no monte dos Guararapes, ocorreu em 19 de fevereiro de 1649. Os holandeses ocupavam nessa ocasião posições mais favoráveis, em cima do monte. Quando os brasileiros chegaram, adotaram a estratégia de simular que iriam tomar posição para o combate na parte baixa. À noite, silenciosamente, contornaram o monte. Na manhã seguinte, os holandeses, não vendo o inimigo e cansados de esperar, desceram para Recife e foram surpreendidos pelas forças adversárias, sofrendo derrota fragorosa, tendo sido mortos em combate o comandante coronel Van den Brinck, dois mestres de campo, o Almirante da Armada, 151 oficiais e 864 soldados. Outro fato favoreceu os combatentes locais: a declaração de guerra entre Inglaterra e Holanda, que, envolvida em outro conflito, ficou impossibilitada de enviar reforços à colônia. Cercados por terra e mar e sem esperança de receberem reforços, os holandeses viram-se obrigados à rendição e a devolver os territórios ocupados no Brasil. A capitulação neerlandesa foi assinada pelo tenente-coronel Sigismundo van Schkoppe, na Campina do Taborda, em Recife, diante da Fortaleza das Cinco Pontas, em 25 de janeiro de 1654, de onde os derrotados partiram em navios para a Europa.

QUILOMBO DOS PALMARES: 1630 – 1695.

Durante o longo período colonial brasileiro, em que predominava o regime de trabalho escravo, cruel e desumano, muitas foram as rebeliões e fugas de escravos, que se evadiam de fazendas e casas de engenho.

A estratégia utilizada era geralmente a mesma: os negros fugiam, se escondiam na mata e procuravam se organizar em grupos, na tentativa de sobreviverem às intempéries da natureza selvagem e às perseguições intermináveis e atrozes realizadas pelos brancos. Esses grupos de escravos fugitivos, principalmente de origem angolana, eram denominados quilombos, refugiados em aldeias que recebiam o nome de mocambos. Dentre todos os quilombos, o que resistiu com bravura por mais tempo às agressões dos brancos (1630-1695) e ocupou a maior área territorial (400 km² no território dos atuais estados de Pernambuco e Alagoas), vencendo toda a sorte de adversidades, foi o Quilombo dos Palmares, também denominado Angola Janga. Para resistir e sobreviver, Palmares se organizou adotando “estrutura de governo” semelhante à dos Estados africanos da época: eleição de um rei; existência de um chefe em cada aldeia; formação de força militar defensiva; edificação de fortificações em torno das aldeias; e cultivo de produtos agrícolas para manutenção dos residentes e venda do excedente a mascates e lavradores pacíficos da circunvizinhança. Aos poucos, Palmares passou a ser considerado o maior inimigo dos colonos portugueses, depois dos invasores holandeses. O primeiro rei de Palmares, de 1670 a 1678, foi o congolês Gangazumba ou Ganga Zumba, palavra que significa *Grande Senhor*. Em 1670, esse rei quilombola tinha guardas, ministros e súditos leais, e um castelo denominado Macaco, congregando no seu entorno cerca de 1.500 casas, habitadas por familiares, guardas e oficiais de confiança. Gangazumba governava a maior das vilas, Cerro dos Macacos, presidia o conselho dos chefes e era considerado o Senhor dos Palmares, comandando a resistência e repelindo as dezenas de expedições de inimigos brancos. Presume-se que os outros nove assentamentos eram chefiados por irmãos, filhos ou sobrinhos de Gangazumba, dentre os quais Zumbi e seu irmão Andalaquituche. No ano de 1677, o Quilombo dos Palmares foi atacado pelas forças comandadas por Fernão Carrilho, então administrador colonial, tendo sido ferido o rei Gangazumba, morto um de seus filhos e aprisionados dois outros com mais quarenta e cinco palmarinos. No ano seguinte, o rei Gangazumba concordou em firmar um tratado de paz com o governo colonial, em que foram estabelecidas algumas condições: submissão dos palmarinos à Coroa Portuguesa e mudança dos habitantes de Palmares para o Vale de Cucaú; em contrapartida, os palmarinos prisioneiros dos brancos seriam postos

em liberdade; os nascidos em Palmares estariam livres e todos teriam permissão para exercer o comércio. Esse acordo, entretanto, desagradou a maior parte dos habitantes de Palmares, tendo muitos deles se recusado a fazer a mudança e a cumprir o acordado. Gangazumba morreu, pouco tempo depois, havendo duas versões sobre a causa de sua morte: para uns, por suicídio; para outros, por envenenamento. Zumbi, jovem líder negro quilombola, nascido na capitania de Pernambuco, assumiu então a continuidade da resistência contra os portugueses, na condição de novo rei do Quilombo dos Palmares.



Zumbi dos Palmares

Fonte: Site Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/zumbi-dos-palmares/>. Acesso em: 03 outubro 2024

Após quinze anos de resistência às tentativas portuguesas de invasão, Zumbi enfrentou as forças comandadas pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, famoso por executar massacres de índios revoltosos, cujo exército era composto por sete mil homens e mais as tropas de Vieira de Melo, com o apoio de canhões. Durante três anos as forças adversárias mantiveram ferrenhos e sangrentos combates, após o que o

Quilombo dos Palmares foi derrotado e destruído. O seu principal líder, Zumbi, ferido pelo capitão Furtado de Mendonça, conseguiu escapar e continuou a combater o inimigo por mais um ano, em lutas de guerrilhas. Zumbi foi morto por vinte guerreiros inimigos, no dia 20 de novembro de 1695, tendo sua cabeça decepada, salgada e levada para Recife, ficando exposta em praça pública, no Pátio do Carmo. Zumbi é reverenciado como um grande herói que lutou pela liberdade e passou a ser símbolo da luta contra a escravidão, pela liberdade de culto religioso e pela prática da cultura africana no Brasil.

GUERRA DOS BÁRBAROS – COLONIZAÇÃO DO NORDESTE: 1650-1720.

Em meados do século XVII, após a expulsão dos invasores holandeses, os colonizadores portugueses intensificaram o movimento de interiorização da ocupação do território, visando à expansão da atividade pecuária pelos sertões nordestinos. Desde o início da colonização, os povoadores portugueses vinham utilizando os indígenas: como força de trabalho; como participantes no povoamento do território ocupado; como grupo de apoio à resistência a tribos hostis; como intermediários na aquisição mercantil de bens e produtos nativos; e, na condição de aliados, participantes da colonização. Os nativos eram parte significativa da base populacional, mas o engajamento dos indígenas no processo de colonização não significava que todos tinham aceitado passivamente a invasão e a expulsão de suas terras, e que não tenham reagido à escravidão e ao genocídio. A ocupação dos territórios indígenas pelos colonizadores, para ampliação das áreas destinadas à pecuária, suscitou a deflagração de conflitos que se estenderam de 1650 a 1720, na denominada “Guerra dos Bárbaros”. Esses conflitos sangrentos tinham de um lado os colonizadores portugueses e de outro os silvícolas, antigos habitantes das terras nordestinas. As áreas de conflito incluíam: o Recôncavo baiano e a margem baiana do rio São Francisco; o sul da capitania do Piauí; os sertões das capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; a margem pernambucana do rio São Francisco; as ribeiras dos rios Moxotó e Pajeú; e o sertão das capitanias do Maranhão e do Piauí. Nessas áreas do Nordeste, a Guerra dos Bárbaros recebeu nomes diversos, em referência às áreas territoriais em que ocorriam, como a Guerra do Recôncavo, na Bahia, a Guerra do Açu, no Rio

Grande do Norte e a Confederação dos Cariris, na Paraíba e no Ceará. A Guerra dos Bárbaros durou setenta anos e reuniu nativos da região nordestina, principalmente do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, num movimento de resistência das nações Cariri e Tarairiú à dominação portuguesa. A oposição indígena se manifestou inicialmente pela fuga dos aldeamentos missionários e pela defesa heroica das aldeias contra os ataques realizados pelos bandeirantes. Numa etapa posterior, culminou com a revolta dos antigos donos da terra, mediante ataques selvagens a vilas e fazendas, e a consequente destruição de propriedades e morte de seus habitantes. O pedido de socorro dos colonos das áreas atacadas teve como resultado a ordem do governador-geral do Brasil, Manuel da Ressurreição, para o deslocamento de bandeirantes de São Paulo e de São Vicente à região em conflito. O resultado não foi o esperado. Não só foi incapaz de debelar a revolta, como provocou a adesão ao movimento de outras nações indígenas, como os anacés, jaguaribaras, acriús, canindés, jenipapos, tremembés e baiacus, que combateram ferozmente os colonizadores e seus aliados, na zona do baixo Jaguaribe, deixando muitos mortos e feridos e provocando a fuga de boa parte dessas populações.

A Rebelião de 1713.

Sobre a Guerra dos Bárbaros e a Rebelião de 1713, afirma Carlos Studart Filho²:

“A Guerra dos Bárbaros, sucesso de relevantes reflexos na obra pertinaz, ingente e gloriosa da conquista e dominação das terras nordestinas, não foi o único conflito racial de larga envergadura a encher de sangue, ruínas e opróbrios os largos chãos do Ceará. Outro embate armado, de grande vulto e significado histórico, iria ocorrer em fins de 1713, quando uma imensa onda de exaltação e revolta de novo agitou a consciência das massas indígenas, movendo-as contra os brancos”.

Diferentemente da Guerra dos Bárbaros, que teve a atuação de bandos selvagens e que culminou anos antes com a derrota e submissão das tribos revoltosas, a rebelião de 1713 foi desencadeada por indígenas aldeados,

2 STUDART FILHO, Carlos. A Rebelião de 1713. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXXVII, 1963, P. 9-24.

missionados e considerados mansos, “gentios domésticos, ativos e úteis”, que durante longos anos de convivência com os colonizadores, na paz e na guerra, recebiam em troca de seu serviçal trabalho, desprezo, agressões e maus-tratos. Esses fiéis servidores, por anos a fio, garantiam a segurança dos colonizadores e eram os responsáveis pelo desenvolvimento da economia agrária. Haviam aprendido com os rigores da guerra e com a dolorosa derrota dos bárbaros, o valor da união entre as tribos e da importância e eficácia na realização de ações conjugadas. A revolta de 1713 se iniciou com os Paiacus, Anacés, Jaguaribaras e outros, que atacaram com furor a Vila de Aquiraz, provocando o terror, a destruição e a morte de mais de 200 de seus habitantes, cujos sobreviventes fugiram para a *Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção*, por sugestão do capitão Francisco Duarte de Vasconcelos. A reação dos responsáveis pela Colônia não tardou, sendo destacado o Regimento de Ordenanças do coronel João de Barros Braga para combater os revoltosos. Com roupas de couro e munidos de armas de fogo, as forças militares do Reino avançaram do Vale do Jaguaribe até o Cariri, exterminando todos os índios que encontravam, de ambos os sexos e de todas as idades. Os indígenas procuravam se defender com a utilização de arco e flecha. Os que escapavam à morte eram amarrados e levados como prisioneiros. Essa ação devastadora tinha o respaldo oficial, o que é confirmado pelo teor da carta do governador de Pernambuco, dirigida ao capitão-mor João de Oliveira Neves, em que afirma³:

... *“necessário continuar a guerra até extinguirem estes bárbaros de todo, ou do menor ficarão reduzidos a tão pouco número que se queiram debelar o não possam fazer”*.

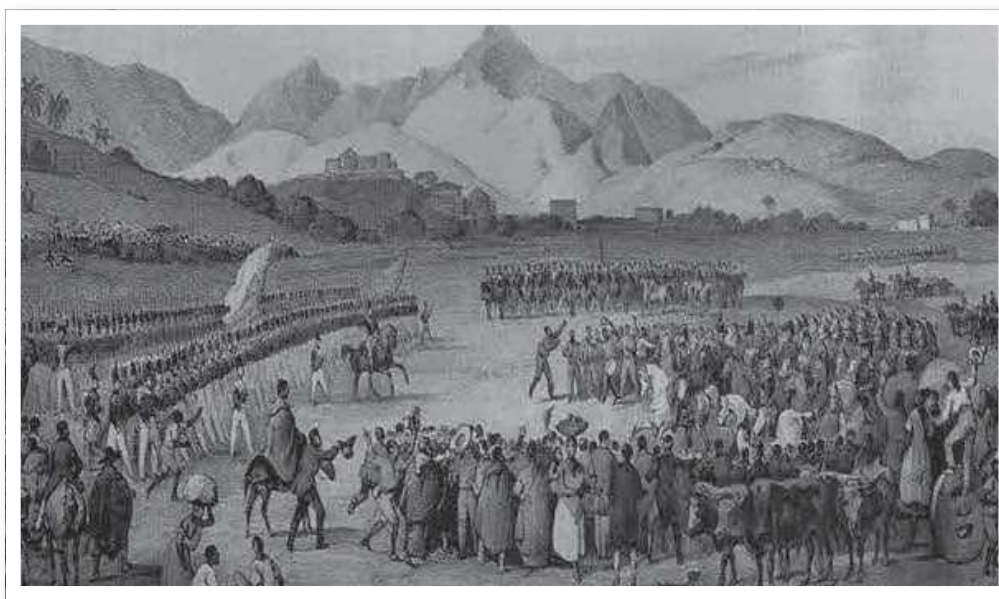
REVOLTA DE BECKMAN: 1684 – 1685.

No século XVII, São Luís integrava o Estado do Maranhão e Grão-Pará, que se estendia do Ceará ao Amazonas. Sua base econômica era a agricultura e o extrativismo, destacando-se a lavoura da cana, a produção do açúcar, o cultivo do tabaco, a pecuária, para exportação do couro, e o plantio e colheita de cacau. Por essa razão, necessitava muito do trabalho

3 PIREZ, Maria Idalina, in *Dicionário de Datas da História do Brasil*. Editora Contexto. 2012.

escravo. Como as atividades desenvolvidas na província dependiam de intensa utilização de mão-de-obra escrava, mas eram pouco rentáveis, os proprietários rurais e senhores de engenho não tinham condição de arcar com os altos custos de importação de escravos africanos. A solução, encontrada por eles, foi invadir os aldeamentos administrados pelos jesuítas e escravizar indígenas. Inconformada com esses frequentes ataques e com a apreensão de indígenas sob sua proteção, a Companhia de Jesus apelou para o regente de Portugal que, em 1º de abril de 1680, decretou a proibição de escravizar indígenas na colônia. Como medida complementar para solução desses problemas, Portugal criou, no ano de 1682, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico da região, concedendo-lhe o monopólio da importação e exportação de mercadorias na província, por um período de vinte anos. Em contrapartida, a Companhia assumia a obrigação de importar, a cada ano: quinhentos escravos africanos, a serem oferecidos a preços tabelados, assim como produtos de origem europeia, como tecidos manufaturados, bacalhau, vinhos, farinha de trigo e outros. Essas obrigações, entretanto, nunca foram cumpridas satisfatoriamente. Na área da exportação, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão assumia o compromisso de enviar anualmente para Lisboa pelo menos um navio do Maranhão e outro do Grão-Pará, com mercadorias produzidas na região, como cacau, baunilha, pau-cravo e tabaco, adquiridos dos produtores rurais, com exclusividade, por preços tabelados. Os produtos oferecidos pelos proprietários rurais eram adquiridos pela Companhia de Comércio por preços irrisórios, enquanto as mercadorias importadas lhes eram vendidas por preços exorbitantes. A população vivia nas mais precárias condições de pobreza, sobrevivendo à base da pesca e da agricultura de subsistência. Os comerciantes e os proprietários rurais, por sua vez, não se conformavam com o tratamento dado pelo governo àquela província colonial. Todos protestavam contra a irregularidade no abastecimento dos gêneros e contra a constante elevação dos preços. O descontentamento alcançava não só as camadas mais pobres da população de São Luís, que sofria os rigores da miséria, mas também os integrantes da camada mais rica daquela comunidade, conhecidos como “homens-bons”. Além disso, os habitantes de São Luís se sentiam preteridos e prejudicados pela preferência do governador da província, Francisco de Sá e Menezes, por Belém,

onde havia fixado residência. Depois de alguns meses de planejamento, aproveitando a ausência do governador, que estava em Belém durante as festividades de Nosso Senhor dos Passos, na noite de 24 de fevereiro de 1684 eclodiu a revolta, em que proprietários rurais, comerciantes e mais sessenta e oito homens, todos armados, sob a liderança do senhor de engenho Manuel Beckman, de seu irmão advogado Thomaz Beckman e de Jorge de Sampaio de Carvalho, ocuparam a cidade de São Luís; assaltaram os armazéns da Companhia, denominados Casa de Estanco, onde eram mantidas as mercadorias para venda; expulsaram os jesuítas que se opunham à escravidão indígena; tomaram o Corpo da Guarda em São Luís; e deram voz de prisão e a suspensão do cargo ao Capitão-mor Baltasar Fernandes, em sua residência. Declararam deposto o governador e extinta a Companhia Geral de Comércio do Estado do Maranhão, passando a governar a Província, por mais de um ano.



A Revolta de Beckman

Fonte: Biografia Resumida. Disponível: <https://biografiaresumida.com.br/revolta-de-beckman/>. Acesso em: 03 outubro 2024

Em maio de 1685, Portugal nomeou como governador do Maranhão Gomes Freire de Andrade, que chegou a São Luís em uma esquadra portuguesa e restabeleceu o domínio lusitano no Maranhão. Reconduziu

a seus cargos as autoridades depostas e ordenou a prisão e julgamento dos revoltosos e o confisco de suas propriedades. Para facilitar a prisão do líder Manuel Beckman, prometeu a quem o entregasse o cargo de Capitão das Ordenanças, tendo Lázaro de Melo traído o seu padrinho e protetor Manuel Beckman, entregando-o e obtendo a recompensa prometida. Em repúdio a sua traição, os comandados se recusaram a lhe prestar obediência, o que foi motivo de queixa ao governador, que lhe respondeu: “prometi-lhe o cargo, não o respeito dos comandados”. Severas punições foram aplicadas a todos os revoltosos: Manuel Beckman e Jorge de Sampaio foram enforcados por ordem da Metrópole; Thomaz Beckman foi preso e exilado; alguns revoltosos foram chicoteados em praça pública; e os índios que participaram da rebelião foram condenados à escravidão, passando a ser utilizados como escravos pelos colonos. No final do governo do Marquês de Pombal, foi extinta, em 1778, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, uma de suas criações, e revogada a proibição de escravizar indígenas.

LEVANTE DA RIBEIRA DO JAGUARIBE – GUERRA DOS PAIAKU NO JAGUARIBE: 1671 – 1703.

Entre o final do século XVII e o início do século XVIII, os índios paiaku, que por alguns anos foram importantes aliados dos colonizadores, passaram a ter sérios conflitos com eles, na ribeira do Jaguaribe, em razão da expansão, pelos colonizadores, das áreas para criação de gado nos sertões nordestinos. O avanço na ocupação do território atendia aos criadores de gado, que demandavam áreas próximas aos principais rios, o que lhes garantia abundância de água para o desenvolvimento da atividade pecuária. Com a chegada dos criadores às margens do rio Jaguaribe, ocorreu o contato direto entre os criadores de gado e os índios paiaku, que então ocupavam grande parte do território da região compreendida entre os rios Jaguaribe e Açu, o que constituía sério embaraço ao povoamento da ribeira do Jaguaribe. Diante do gradativo avanço na ocupação de seu território, os paiaku passaram a ter, nas décadas seguintes, frequentes confrontos com os invasores. Em 1671, os portugueses, sob a liderança de Francisco Martins e Felipe Coelho de Moraes, organizaram a primeira expedição militar contra os paiaku, tendo como objetivo eliminar os homens e escravizar

suas mulheres e filhos. Para sua segurança contra possíveis investidas do inimigo, os portugueses montaram um acampamento como base de apoio às suas tropas, mantendo sob contínua vigilância as armas, para evitar que fossem subtraídas pelos índios. No confronto, os paiaku foram derrotados e feito grande número de prisioneiros, de todas as idades, sendo todos escravizados. Em 7 de janeiro de 1672, representantes dos Paiaku foram propor ao capitão-mor Jorge Correia da Silva um acordo de paz, que resultasse na liberdade de seus filhos escravizados, assegurando, de sua parte, a circulação tranquila dos viajantes que passassem por suas terras e assumindo a obrigação de ceder guerreiros, na hipótese de haver algum conflito com forças inimigas. Assim, a paz foi selada e por cerca de dez anos reinou um clima de relativa tranquilidade na Ribeira do Jaguaribe. Com o aumento crescente do número de fazendas de gado na região, na década de 1680 voltaram a ocorrer escaramuças, que se inseriram na chamada Guerra dos Bárbaros, envolvendo os nativos da Ribeira do Jaguaribe e os colonizadores. Por essa razão, os capitães-mores do Ceará e Rio Grande do Norte solicitaram o apoio dos bandeirantes paulistas, cuja chegada resultou no reinício dos confrontos na região. Essa guerra se arrastou por cerca de dez anos, marcada por grande número de indígenas vitimados. Em 1695, os Paiaku, Genipapoçu e Matias Peca conseguiram firmar com o capitão-mor da Capitania do Ceará, Pedro Lellou, um novo acordo de paz, que resultou na temporária pacificação da Ribeira do Jaguaribe: cessaram os ataques às fazendas; os paiaku passaram a integrar as tropas coloniais e ajudaram na construção de um forte, na Ribeira do Jaguaribe, que recebeu o nome de “Forte de São Francisco Xavier”. Em 1696, o Padre João Leite de Aguiar promoveu o aldeamento dos Paiaku, resultando daí, como previa a legislação do Antigo Regime português, a garantia de que não poderiam ser escravizados, nem serem alvo de guerras injustas. Mas o padre encontrou muita dificuldade no cumprimento de sua missão: os índios fugiam para as matas, atacavam os rebanhos de gado e agiam segundo seus próprios interesses. Em represália a essas ofensivas indígenas, em 1699 o sertanista paulista Manoel Álvares de Moraes Navarro, através de mensageiro, propôs a realização de uma reunião para acertar o apoio dos Paiaku num possível combate aos índios Karatiú e Icó, conforme previa o acordo de paz. Propôs a realização pelos paiaku de uma dança, da qual participaram os índios Janduí, com a presença dos soldados da tropa de Moraes Navarro. A um

sinal seu, os soldados atacaram os índios Paiaku, que dançavam, matando cerca de quatrocentos indígenas e deixando feridos em torno de duzentos e cinquenta. O Padre João da Costa e o Bispo de Pernambuco denunciaram o mestre de campo Moraes Navarro às instâncias administrativas da colônia, que determinaram a sua excomunhão e deram ordem de libertação dos índios que haviam sido presos ao final dessa chacina. Mesmo assim, os paiaku e os fazendeiros do Jaguaribe voltaram a se enfrentar em 1703, ocorrendo novos incidentes, que resultaram na mudança dos Paiaku para a Paraíba, organizada pelo Padre João Guedes em 1704, com permanência por algum tempo no Rio Grande do Norte. Em 1707, ocorreu uma nova mudança, sendo os índios Paiaku aldeados definitivamente na Ribeira do Choró, nas proximidades da vila de Aquiraz.

GUERRA DOS MASCATES ENTRE OLINDA E RECIFE (PE): 1710-1711.

Mascates era o nome pelo qual os comerciantes portugueses que moravam em Recife eram designados, com sentido pejorativo, pelos habitantes de Olinda, no início do século XVIII. A grande rivalidade existente entre, de um lado, a nobreza e os antigos senhores de engenho de Olinda, e, de outro, os comerciantes portugueses de Recife, aflorou após a expulsão dos holandeses da Capitania de Pernambuco. A causa desse antagonismo, por parte dos olindenses, era o crescente desprestígio da cidade de Olinda, destruída e arruinada pela guerra, e as grandes dificuldades que atravessava, em razão da queda nos preços internacionais do açúcar, enquanto Recife apresentava crescente prosperidade. Em razão dessa rivalidade, os governantes de Olinda não permitiam que os comerciantes portugueses ocupassem cargos municipais. Sentindo-se prejudicados com a discriminação, os mascates passaram a reivindicar a elevação de Recife à condição de vila, tendo conseguido o seu intento, por gozarem da simpatia e do apoio do governador Sebastião de Castro Caldas. Mas, para evitar o agravamento dessas divergências entre os habitantes das duas cidades, o governador foi muito cauteloso ao demarcar a nova vila e estabelecer os limites da emergente cidade vizinha, à qual concedeu apenas três paróquias, deixando o restante do território para Olinda. Pondo em execução as ordens de D. João V, determinou a construção de pelourinho

na praça principal da nova cidade, e adotou as demais providências para assegurar à nova vila a dignidade cidadina. Contra essas medidas, a nobreza de Olinda se insurgiu, apoiada pelo ouvidor, D. Luiz de Valenzuela Ortiz. Diante das manifestações contrárias e de algumas provocações e ameaças, o governador mandou efetuar algumas prisões de líderes olindenses de prestígio e popularidade, proibindo inclusive o porte de armas, pelo que foi vítima de um atentado, no qual saiu ferido. Mesmo diante da temporária incapacidade do governador, o bispo de Olinda não lhe designou substituto. Viajou na companhia de um homem suspeito de cumplicidade na tentativa de assassinato e, ao ser abordado por tropas do governador, reagiu à mão armada e as dispersou. Ato contínuo, a nobreza de Olinda recrutou cerca de 20.000 homens, que sitiaram Recife. Como o governador ainda se encontrava convalescente, sem recursos e impossibilitado de obtê-los de outras capitânicas, viu-se obrigado a embarcar para a Bahia, na companhia de alguns comerciantes portugueses. Em junho de 1711, conflagrou-se a capitania de Pernambuco, tendo Bernardo Vieira de Mello proposto ao Senado de Olinda a proclamação da independência de Pernambuco e a adoção de república aristocrática como forma de governo, semelhante à de Veneza. Os pernambucanos se dividiram em dois grupos rivais: o dos mascates, comerciantes portugueses do Recife, sob o comando do alagoano João da Motta, e o dos olindenses, com o apoio do bispo D. Manuel Álvares da Costa, do Senado e do ouvidor. As forças amotinadas da cidade vizinha invadiram Recife, destruíram o pelourinho e deram liberdade aos presos políticos. Realizaram uma assembleia geral para decidir quem governaria a capitania, recaindo a escolha no bispo de Olinda, D. Manuel Álvares da Costa, que assumiu o governo, até a vinda de novo governador. Nos primeiros combates, as tropas de Olinda levaram a melhor, invadindo e controlando a vila de Recife. Mas os recifenses, contando com reforços de outras capitânicas, retomaram o controle da cidade, sem, contudo, conseguirem abafar totalmente o movimento dos olindenses. Com a chegada do novo governador-geral, Felix José Machado de Mendonça, em 8 outubro de 1711, e, após conceder anistia ampla aos revolucionários, ocorreu a pacificação e o restabelecimento da ordem. Foram mantidos os privilégios municipais de Recife, mas estabelecido que, durante seis meses do ano, o capitão-general governador residisse em Olinda.

CONJURAÇÃO BAIANA OU REVOLTA DOS ALFAIATES: 1798.

A Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, foi um movimento político popular ocorrido em Salvador no ano de 1798, sob a inspiração dos ideais iluministas e da independência dos Estados Unidos da América (04/07/1776), tendo como principais objetivos: tornar a Bahia independente de Portugal, com a quebra do pacto colonial; abolir a escravidão; e conseguir das autoridades o atendimento de suas reivindicações populares. Contando com a participação de algumas pessoas da elite de Salvador, essa conspiração de caráter separatista e republicano teve origem popular, sendo seus principais líderes os mulatos João de Deus Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira, ambos alfaiates, razão pela qual ficou também conhecida como Revolta dos Alfaiates. Foi também denominada de Revolta de Búzios, em razão de muitos dos seus adeptos usarem adereços, como colares e pulseiras com búzios, para se identificarem. Destacaram-se ainda como líderes desse movimento os soldados mulatos Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Amorim Torres e, como chefe militar, o tenente Aguilar Pantoja. Além dos objetivos citados, os conjurados pleiteavam liberdade de comércio, independência e igualdade entre as pessoas e o aumento de salários para os militares. Para alcançar essas metas, os revoltosos planejavam prender e executar o governador. Para divulgação de suas ideias, fizeram um manifesto escrito e, em 12 de agosto de 1798, o fixaram em portas, paredes e muros dos lugares públicos da cidade, anunciando o início da revolução e conclamando o povo e o clero baianos a aderirem ao movimento. A reação das forças de segurança do governo foi imediata: os manifestos foram arrancados; preso o escrevente Domingos da Silva Lisboa, cuja letra era semelhante à dos manifestos, assim como o soldado Luiz Gonzaga das Virgens, conhecido por suas ideias revolucionárias, manifestadas em mensagens por ele enviadas às autoridades: em sua casa, foram encontrados documentos e cartas comprometedoras, por ele manuscritos, de teor subversivo, que possibilitaram a identificação de alguns dos conjurados. Constatou-se a participação na trama de alguns membros da Loja Maçônica Cavaleiros da Luz, que foram presos, dentre os quais Cipriano Barata, Muniz Barreto e o tenente Aguilar Pantoja. Ante a pressão policial, com invasão de suas casas e torturas, alguns participantes do movimento delataram e traíram seus

companheiros. Mas, embora tenham sido identificados 699 envolvidos na conspiração, foram presos apenas 49, todos jovens, negros ou mulatos, e de classe baixa: alfaiates, sapateiros, soldados e escravos. Por ordem da Rainha D. Maria I, os conjurados deveriam ser punidos severamente. Após o indiciamento judicial e a condenação, os alfaiates João de Deus Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira e os soldados Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas foram enforcados e esquartejados, em 1799: todos quatro eram negros ou mulatos. Os membros da Loja Maçônica Cavaleiros da Luz, Cipriano Barata, Muniz Barreto e o tenente Aguilar Pantoja, assim como pessoas de posição social mais elevada, receberam penas leves. Cipriano Barata, conhecido como médico dos pobres, foi preso em 19 de setembro de 1798 e solto em janeiro de 1800. Os demais condenados permaneceram na prisão ou foram degredados. Os delatores foram premiados por sua lealdade à Coroa portuguesa.



Enforcamento dos líderes da Conjuração Baiana. Fonte: Portal MultiRio.
Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8843-conjura%C3%A7%C3%A3o-baiana-a-repress%C3%A3o-da-coroa-portuguesa>. Acesso em: 03 outubro 2024.

CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNAS OU CONJURAÇÃO DOS CAVALCANTI: 1801.

No final do século XVIII e início do século XIX, havia grande insatisfação por parte das populações do nordeste brasileiro com o antigo sistema colonial português e com as políticas que lhe fixavam os rumos. Esse descontentamento ensejou o surgimento de vários movimentos pontuais de revolta e de ânsia de libertação do jugo da Metrópole, os quais, nessa fase, visavam a independência tão-somente das províncias em que eclodiam. A Conspiração dos Suassunas de 1801, de iniciativa dos irmãos Francisco de Paula, Luís Francisco e José Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, proprietários do engenho Suassuna, foi iniciada em Olinda, tendo por finalidade a independência da província de Pernambuco. O movimento, inspirado nas ideias libertárias e igualitárias do Iluminismo e na ação subversiva da Revolução Francesa, deveria culminar com o fim da submissão de Pernambuco ao domínio português, e a sua proclamação como país independente, sob o regime republicano. Ocorre que a Conspiração dos Suassunas fracassou antes de chegar à fase de execução. Foi denunciada por José da Fonseca Silva Sampaio (amigo de José Francisco), que delatou o motim, em troca da importância de quatrocentos mil réis. Embora os três irmãos tenham sido acusados de subversão, traição e infidelidade ao governo, na fase judicial em que o próprio juiz de Olinda conduziu a investigação em sigilo, foram absolvidos, por falta de provas, em 8 de junho de 1801. A Conjuração dos Cavalcanti, como também era denominada, foi apenas um plano de revolta, que não chegou a ser colocado em ação contra o sistema colonial português.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817: PERNAMBUCO, BAHIA, ALAGOAS, RIO GRANDE DO NORTE E CEARÁ.

Desde o alvorecer do século XIX, começaram a se disseminar pelo Brasil os ideais de liberdade que haviam tomado conta da França, com a deflagração da Revolução Francesa, baseados nos princípios da justiça social e sintetizados no lema “liberdade, igualdade e fraternidade”. mestiços e descendentes lusos aqui nascidos, ansiavam pela emancipação política e pela libertação do jugo absolutista português. A Revolução Pernambucana

de 1817 foi um movimento separatista de caráter republicano, que contou com o apoio de elite local, no contexto das seguintes causas principais: a crise econômica em decorrência da baixa do preço internacional do açúcar; a crise no setor algodoeiro, em decorrência do aumento de impostos; o aumento da pobreza e da miséria da população da província de Pernambuco; o agravamento da rivalidade com os portugueses recém-chegados de Portugal, que passaram a ocupar os cargos principais, nas áreas da justiça e da administração, e nos postos de comando do exército, em detrimento dos habitantes locais; e, entre outras causas, as múltiplas injustiças praticadas contra os nacionais, para garantir os privilégios dos portugueses. A soma desses fatores favoreceu o surgimento de clima favorável ao desencadeamento de movimento contrário ao sistema de governo imperial e favorável à proclamação da república e à independência do Brasil. Nesse contexto, ocorreu um simples incidente policial que provocou o início do movimento revolucionário. Na festa da Capela de Nossa Senhora da Estância, em Recife, construída em homenagem à vitória do negro Henrique Dias sobre os holandeses, um preto do regimento Henrique Dias, revoltado com os insultos que um português proferia, em altos brados, aos brasileiros, deu-lhe uma surra. A ordem do dia que o governador Caetano Pinto mandou publicar sobre o assunto no dia seguinte provocou grande revolta popular, intensificando-se as articulações em andamento do movimento revolucionário. Domingos José Martins, comerciante de Recife, educado na Inglaterra, e principal líder do movimento de reação aos portugueses, que fomentava a revolta contra o antigo regime, procurou incitar ainda mais a população, e principalmente os militares pernambucanos da milícia real, à rebelião. Denunciado o surgimento da conspiração, o governador de Pernambuco Caetano Pinto determinou a prisão dos civis e militares envolvidos. Os líderes civis, tendo à frente Domingos José Martins, padre João Ribeiro Pessoa e Antônio Gonçalves da Cruz, mais conhecido pela alcunha de Cabugá, não ofereceram resistência e foram presos em 6 de março de 1817. Mas as provocações não cessaram: o brigadeiro português Manuel Joaquim Barbosa de Castro, em reunião com os oficiais do regimento sob seu comando, proferiu palavras ofensivas aos oficiais brasileiros, tendo Domingos Teotônio Jorge reagido e recebido voz de prisão. Quando o brigadeiro tentou desarmar o capitão José de Barros Lima, mais conhecido como *Leão Coroado*, este desembainhou a espada e

o transpassou, matando-o. Os demais oficiais se solidarizaram com Barros Lima, dando início ao motim na fortaleza das Cinco Pontas, onde ocorreu o incidente. O governador Caetano Pinto se refugiou no Forte de São João Batista de Brum, em Recife, e, no dia seguinte, capitulou e fugiu para o Rio de Janeiro. Estando com o domínio da cidade, os revoltosos organizaram o primeiro governo independente brasileiro, tendo por base a representação de classes, constituído de representantes do clero; do exército; da magistratura; da agricultura; e do comércio. Proclamada a República, foram divulgados os principais postulados liberais do movimento: igualdade perante a lei; respeito aos direitos individuais; ampla liberdade de imprensa e de opinião; e liberdade de culto. Entretanto, ao tentar decidir sobre a manutenção ou abolição da escravidão, os revolucionários se dividiram: enquanto os comerciantes, como Domingos José Martins, defendiam a abolição da escravatura, os produtores agrícolas defendiam a sua manutenção. No plano externo, o movimento vitorioso mandou emissários para os Estados Unidos da América, para a Inglaterra e para a Região Platina, com o objetivo de obter o reconhecimento. No plano interno, o movimento rapidamente se expandiu para a Paraíba e o Rio Grande do Norte, que logo elegeram governos provisórios, sendo também enviados emissários para Alagoas, Ceará e Bahia. Ao tomar conhecimento do vitorioso movimento revolucionário, D. João VI determinou severas medidas para reprimi-lo. Por sua vez, o Conde dos Arcos, Marcos de Noronha e Brito, governador e capitão-general da Bahia, tomou a iniciativa de determinar o bloqueio dos portos de Olinda e Recife. O cerco de Recife teve duas frentes: por mar, a cargo das esquadras procedentes do Rio, sob o comando do Almirante Rodrigo Lobo, e, por terra, por forças do general de campo Joaquim de Melo Cogominho de Lacerda. O bloqueio teve como consequência a falta de gêneros de primeira necessidade em Recife, o que motivou grande descontentamento na população. As províncias de Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba não esboçaram qualquer resistência e se submeteram às autoridades portuguesas. O Padre Roma (José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima), que havia sido enviado para a Bahia em busca de reforços, teve sua embarcação interceptada e foi preso, condenado à morte por um tribunal instalado pelo Conde dos Arcos, e executado, por se negar a denunciar os nomes dos outros revolucionários. Domingos José Martins, um dos membros do governo provisório revolucionário do Recife, ao tentar

atravessar com 300 homens o rio Merepe, foi surpreendido pelas forças de Cogominho de Lacerda e do capitão das milícias antirrevolucionárias de Penedo, Antônio José dos Santos, travando-se na tarde de 15 de maio de 1817 encarniçada batalha na praia de Merepe e no Trapiche de Ipojuca, saindo derrotados os revolucionários. Em 20 de maio, a cidade de Recife foi invadida e dominada pelas forças do governo imperial. O Almirante Rodrigo Lobo exigiu rendição incondicional dos revoltosos, tendo os líderes da Revolução Pernambucana se rendido e capitulado. Dom João VI designou como novo governador de Pernambuco Luís do Rego Barreto, determinando que os líderes revolucionários fossem punidos exemplarmente, por crime de lesa-majestade. O novo governador chegou em 29 de junho a Recife, onde Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima e o Padre Pedro de Sousa Tenório foram enforcados e esquartejados. Já o Padre José Ferreira Miguelinho, Domingos José Martins e José Luís de Mendonça foram fuzilados na Bahia.

A Revolução de 1817 no Ceará.

Para a capital cearense foram mandados, por mar, no início da revolta, Francisco Alves Pontes e Matias José Pacheco, que foram presos em Canoa Quebrada, perto de Aracati, antes de chegarem ao destino. Para o Cariri, seguiu por terra o seminarista José Martiniano de Alencar, acompanhado de Miguel Joaquim César de Melo. Ao chegar ao Cariri, José Martiniano de Alencar conseguiu reunir grande número de seguidores, que deflagraram o movimento republicano no conservador Vale do Cariri. Aos poucos, foram aderindo ao movimento revolucionário nativista os mais ilustres filhos de Crato e de toda a região caririense. No dia 3 de maio de 1817, após a missa, o subdiácono José Martiniano de Alencar, do púlpito da matriz da Vila Real do Crato, fez a leitura do manifesto de José Luís Mendonça, membro do governo provisório revolucionário de Pernambuco, e proclamou a independência e a república, mandando em seguida soltar os presos, derrubar o pelourinho e hastear a bandeira republicana. Em 5 de maio, José Martiniano de Alencar e outros líderes da revolução no Crato seguiram para a vila de Jardim, onde obtiveram a adesão do seu tio Leonel Pereira de Alencar, com o qual firmaram o compromisso de juntos disseminarem o movimento revolucionário por todos os rincões do Ceará. A reação das forças contrárias à revolução, no Ceará, não

tardou. Leandro Bezerra Monteiro, Gonçalo Luiz Teles e o padre Francisco Gonçalves Martins, com o respaldo de importantes proprietários rurais do Cariri, procuraram José Pereira Filgueiras e, depois de muitas discussões, chegaram a um entendimento em favor da “legalidade” e contra a revolução. Reuniram forças suficientes para dar início à contrarrevolução e no dia 11 de maio de 1817 entraram na Vila Real do Crato. Hastearam novamente a bandeira imperial, prenderam os líderes revolucionários Francisco Carlos, Bartolomeu Alves, José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves e o padre Carlos José dos Santos, e os encaminharam no dia seguinte para Icó, de onde foram conduzidos para Fortaleza pelo capitão Manuel da Cunha Freire Pedrosa. A república nativista durou apenas oito dias no Ceará e setenta e cinco dias em Pernambuco. Nos dias seguintes, foram presos no Crato mais vinte e cinco líderes revoltosos, dentre os quais dona Bárbara de Alencar, o padre Miguel Carlos, o frei Francisco de Santana e Inácio Benevides. Depois de muito sofrimento nas prisões do “Quartel da Tropa de Linha”, os prisioneiros foram embarcados para Recife e depois para Salvador, onde foram encarcerados em 9 de outubro de 1818. Em 1820, alguns revolucionários cratenses foram anistiados pela autoridade real, outros liberados por mandado, escapando do destino dado a vários líderes da Revolução Pernambucana, que foram fuzilados e enforcados impiedosamente.

A REVOLUÇÃO DO CEARÁ EM 1821.

Sob o título “Memória sobre a Revolução do Ceará em 1821”, a pouco conhecida história dessa revolta foi narrada na Revista do Instituto do Ceará, Tomo XXV, de 1911, p. 315-339, pelo historiador e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Braz da Costa Rubim, filho de Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira, governador da Capitania do Ceará, dando a sua versão sobre os fatos objeto desse movimento revolucionário (1820-1821). Segundo ele, a província do Ceará ainda sofria nessa época as consequências das secas de 1815 e 1816, agravadas pela péssima administração do país em crise e pela má aplicação da justiça. A situação da população interiorana era ainda pior, pois sofria os abusos praticados por administradores arbitrários e inescrupulosos, que extorquiam o que lhes não era devido, acobertados pelo manto perverso da impunidade, dentro dos limites de suas jurisdições. A instrução pública era privilégio de poucos. Esse era o estado de coisas quando Francisco Alberto Rubim

tomou posse como governador da capitania do Ceará em 13 de julho de 1820. De acordo com a narrativa do filho Braz da Costa Rubim, o governador Francisco Alberto Rubim, tentando minimizar os graves problemas que castigavam a população, tratou de fazer um diagnóstico para identificar as necessidades do povo, constatando de imediato que a grande maioria não tinha sido favorecida sequer com a educação primária e que havia grande carência em áreas vitais, como a alimentar, em razão do atraso na economia da região. Em tais condições, o governador deu especial atenção ao desenvolvimento da agricultura e dos recursos naturais; dinamizou o comércio e a exportação de sal das minas de Mundahú, Mossoró e Cocó, aumentando com isso as rendas da província. Ao tomar conhecimento de que a mão-de-obra indígena vinha sendo distribuída entre os proprietários de fazendas, para trabalhos domésticos e na agricultura, como disfarce para a escravidão, sob o pretexto de afastá-los da ociosidade e dos vícios, o governador proibiu severamente sua continuação, restituindo a liberdade aos índios que se achavam nessa condição. Decorridos seis meses de sua administração, surgiram notícias (boatos) da deposição de D. João VI, e da proclamação em Portugal de nova constituição, sendo pouco tempo depois, negada a veracidade da informação. No começo de abril de 1821, chegou a notícia de que D. João VI havia se comprometido espontaneamente a jurar a constituição que se fizesse em Portugal e a concedê-la a todos os povos do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. O governador transmitiu essa notícia a todas as câmaras e autoridades civis e militares da província e ficou aguardando novas ordens. Como, decorrido algum tempo, não se manifestou mais sobre o assunto, os adversários mal intencionados passaram a divulgar que o governador se opunha ao juramento da constituição, incitando o povo à insurreição. Em 14 de abril de 1821, sob a liderança do Major Jerônimo Delgado Esteves, com o apoio de parte da população, ocorreu a revolta da tropa de linha, exigindo que o governador Francisco Alberto Rubim jurasse a constituição que se fizesse em Portugal; que dobrasse os soldos dos oficiais e soldados; que suspendesse o pagamento do imposto sobre aguardente, até que o Rei decidisse sobre o assunto; e que fossem nomeados os membros que deveriam compor a constituição, em um novo governo. Não tendo outra saída, e sentindo-se impotente diante dos revoltosos, o governador convocou a Câmara e foram aceitas as três primeiras imposições, com a preocupação de causar o menor dano possível ao Erário Real. Em seguida, foi lavrado um documento com nove artigos em que o governador, as representações da tropa de linha e as pessoas presentes concordaram com

os seus termos: jurando obediência ao rei e à constituição que as cortes de Portugal fizessem, mas mantendo o mesmo governo até a chegada das ordens régias sobre o assunto; estabelecendo soldo dobrado para a tropa de linha e sua oficialidade; designando o major Jeronymo Delgado Esteves, para comandar o batalhão de linha, com soldo dobrado; determinando a cessão de cavalgaduras para os majores ajudantes de primeira linha, com os soldos correspondentes; estabelecendo o gozo de franqueza e liberdade, conforme as leis, para o comércio, sem opressão ou detrimento algum, e auxiliado pelo governo; concedendo dispensa do imposto do subsídio da aguardente até que Sua Majestade decidisse a representação da real junta; e promovendo a agricultura como o primeiro ramo que sustenta a causa pública. Foi feito o juramento, deferido pela câmara, sendo lavrado de tudo um auto, regressando o governador a sua residência entre vivas e aclamações, acompanhado por toda a tropa e pelas pessoas influentes da população. Braz Rubim conclui seu artigo afirmando que vários outros episódios de insubordinação ocorreram, na capital e no interior, controlados pela habilidade e senso administrativo do governador Francisco Alberto Rubim. A revolução, gerada por uma revolta militar e alimentada por interesses particulares de pessoas inescrupulosas, foi contida sem o uso da força. Em 3 de novembro de 1821, foi instalado o governo provisório sob a presidência de Francisco Xavier Torres, ocorrendo a deposição do governador Francisco Alberto Rubim.

REVOLTA DE ÍNDIOS EM MARANGUAPE: 1821.

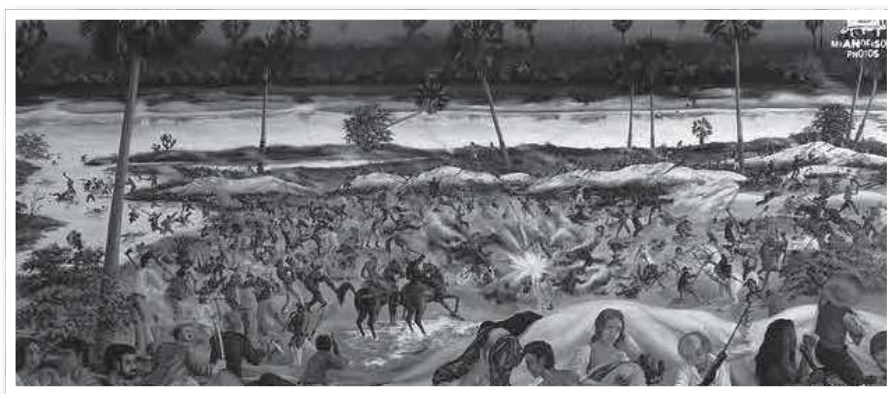
Em 6 de outubro de 1821, no povoado Maranguape, pertencente à vila de Arronches, a 30 km de Fortaleza, os indígenas tiveram notícia de que haviam chegado ao conhecimento do governador da capitania do Ceará, Francisco Alberto Rubim, boatos de que a Constituição Portuguesa, em elaboração pelas Cortes de Lisboa, tinha como um de seus pressupostos, dentre outros, a permissão de aprisionamento de índios e a liberdade para outras pessoas agirem arbitrariamente contra eles, sem que suas ações pudessem ser conhecidas e contestadas. Diante do receio de voltarem a ser escravos, os índios de Maranguape decidiram se rebelar. Reuniu-se um grupo de mais de 600 indígenas, que invadiram as fazendas das autoridades coloniais locais, dentre as quais o diretor-geral e sargento-mor José Agostinho Pinheiro e o juiz Joaquim Lopes de Abreu, proferindo gritos de protestos, ameaças a suas vidas e roubo de bens de suas propriedades.

Essas duas autoridades além de haverem sido os principais protagonistas na ocupação das terras indígenas de Maranguape, eram de nacionalidade portuguesa. A comunidade indígena ansiava pelo retorno para o Brasil de D. João VI, que havia se transferido para Portugal, por exigência do movimento liberal do Porto. Com o objetivo de conter a rebelião, o governo convocou os moradores das imediações de Maranguape, para enfrentarem armados os revoltosos e, em menos de cinco dias, o movimento foi contido e muitos dos insurgentes foram presos. Somente depois que foi proclamada a Independência do Brasil, os índios de Maranguape foram libertados, considerada legítima a motivação da revolta, e oferecidas condições mais favoráveis aos indígenas, considerados, a partir de então, mártires da pátria, por sua ação de oposição aos portugueses.

BATALHA DO JENIPAPO (CAMPO MAIOR - PI): 13 MARÇO DE 1823.

A Batalha do Jenipapo foi um combate de piauienses, cearenses e maranhenses contra as tropas lusitanas comandadas pelo major português João José da Cunha Fidié, governador nomeado por D. João VI, cuja missão era reprimir os movimentos em favor da independência do Brasil e manter a região norte da ex-colônia submissa à Coroa Portuguesa. Embora D. João VI, ao retornar a Portugal em 1821, aceitasse como inevitável a independência do Brasil, tinha o firme propósito de manter Pará, Maranhão e Piauí, na região norte do Brasil, como colônia portuguesa. Nomeou como comandante das armas em Oeiras, então capital do Piauí, o Major João José da Cunha Fidié, empossado em 9 de agosto de 1822. Com a proclamação da independência do Piauí da Corte Portuguesa em 19 de outubro de 1822, o Major Fidié se deslocou com sua tropa de linha para a vila de Parnaíba, tendo por missão conter a rebelião de um grupo de patriotas, que, sob a liderança dos maçons João Cândido de Deus e Silva e Simplício Dias da Silva, havia aderido à causa da Independência e aclamado imperador o príncipe D. Pedro. Entretanto, ao tomar conhecimento de que, em 24 de janeiro de 1823, o povo piauiense havia aderido em Oeiras à independência do Brasil, Fidié, no comando de 1.100 homens bem armados, aparelhados com peças de artilharia, decidiu retroceder da marcha para Parnaíba e retornar para a capital Oeiras, onde Manuel de Sousa Martins havia assumido

a presidência da Junta do Governo. A caminho da capital piauiense, Fidié foi informado que o grosso das forças revoltosas se encontrava em Campo Maior – PI, que também havia aderido à Independência em 2 de fevereiro de 1823, e por isso mais uma vez mudou de rumo e se deslocou para aquela vila. Diante da notícia da aproximação das tropas de Fidié, o capitão Luís Rodrigues Chaves reuniu cerca de mil piauienses e quinhentos cearenses, mal armados e despreparados para a guerra, mas imbuídos de acendrado espírito patriótico e dispostos a sacrificar a vida pela causa da Independência. O confronto, que ficou conhecido como “Batalha do Jenipapo”, ocorreu no dia 13 de março de 1823 às margens do Rio Jenipapo, nas proximidades da Vila de Campo Maior, no Piauí. Foi uma luta desigual, visto que, enquanto as forças portuguesas eram formadas por soldados, a maioria mercenários, bem treinados e fortemente armados, muitos dos quais utilizando cavalos, do lado brasileiro a guarnição era constituída por pessoas de origem humilde, sem nenhum treinamento, na sua maioria agricultores, artesãos, vaqueiros, escravos e roceiros, tendo como armas facões, foices, chuços, machados, porretes, instrumentos artesanais e velhas espingardas de caça. Essa foi uma das batalhas mais sangrentas da luta pela Independência do Brasil, em que mais de 200 brasileiros foram mortos e 542 feitos prisioneiros. Do lado português, morreram 116 soldados e saíram feridos 60.



Batalha do Jenipapo

Fonte: Site da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Disponível em: <https://uespi.br/batalha-do-jenipapo-200-anos-da-luta-de-piauienses-pela-independencia-do-brasil/>. Acesso em: 03 outubro 2024

Imediatamente após essa batalha, os sertanejos num assalto surpresa contra o acampamento militar português, conseguiram levar armamentos, munição, dinheiro e até a bagagem do comandante Major Fidié. Embora os brasileiros tenham sido derrotados nessa cruenta batalha, conseguiram desviar a rota do exército inimigo, que pretendia retomar a então capital do Piauí – Oeiras, que, desprotegida na ocasião, já fora ocupada pelos patriotas. O comandante português e sua tropa tiveram que se retirar do Piauí, passando por União com destino a Caxias, no Maranhão.

Ali, piauienses, cearenses e maranhenses cercaram as tropas portuguesas e as obrigaram à rendição em 31 de julho de 1823. O reconhecimento e a gratidão do povo do Piauí, depois de anos de esquecimento, vieram com a edificação em 1973 do Monumento aos Heróis do Jenipapo, às margens da BR 343 e do rio Jenipapo, a 5 km da zona urbana de Campo Maior.

GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA BAHIA (1822-1823).

A Guerra de Independência da Bahia, também denominada Guerra de Independência do Brasil na Bahia, teve como motivação a divergência entre portugueses, interessados em manter a província como colônia de Portugal, e brasileiros partidários da Independência do Brasil. Juntas Constitucionais de apoio à Revolução Constitucionalista do Porto (Portugal) foram organizadas em várias províncias brasileiras. Ocorre que, embora a revolução portuguesa do Porto tivesse caráter liberal na política interna, continuava a sustentar, no âmbito da política externa, a manutenção do colonialismo. Por essa razão, as divergências entre portugueses e brasileiros em Salvador se agravaram, provocando a cisão entre as duas correntes de opinião. Um fato que acirrou ainda mais o antagonismo entre esses dois grupos, na capital baiana, foi a substituição em 11 fevereiro de 1822, por expressa determinação de Lisboa, do governador nomeado pela Junta Constitucional, o brasileiro tenente-coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, pelo coronel português Inácio Luís Madeira de Melo. A notícia da substituição provocou a indignação da população e um princípio de rebelião de militares baianos, que foram dispersados e perseguidos pela força

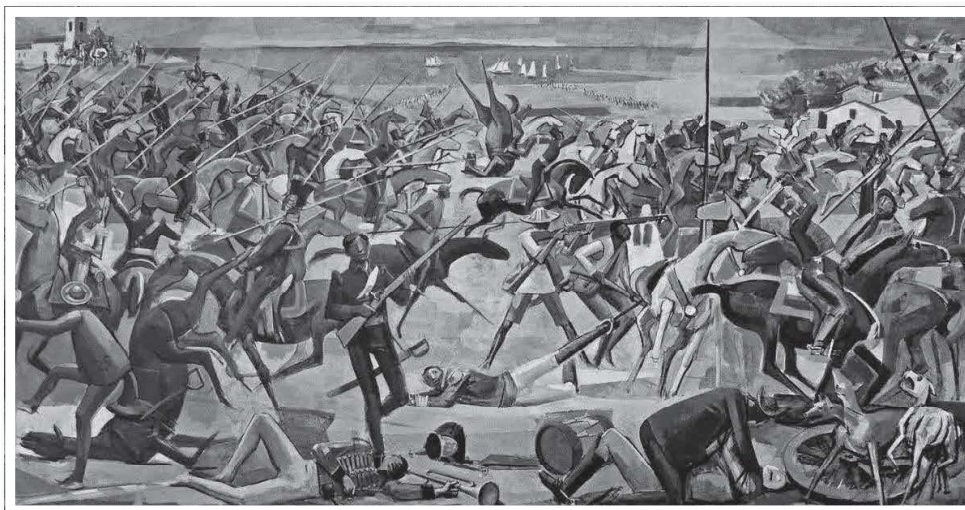
militar portuguesa. Numa demonstração clara de hostilidade aos patriotas baianos, e de prepotência, o coronel Madeira de Melo promoveu uma inspeção nas brigadas de infantaria, de maioria brasileira, o que motivou o reinício dos conflitos em 19 de fevereiro de 1822, tendo a força militar portuguesa invadido o Forte de São Pedro e outros quartéis de Salvador para se apoderar das armas e munições que lá se encontravam. Esse foi o estopim de várias escaramuças, que se propagaram pela cidade de Salvador, transformando a Rua das Mercês, a Praça da Piedade e o Campo da Pólvora em principais cenários de guerra. As forças portuguesas, além de alvejar militares, invadiram casas e atacaram civis, provocando a fuga de brasileiros em direção às matas do Tororó. Numa dessas ações de perseguição, supondo que no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa encontrariam fugitivos, as tropas portuguesas arrombaram o portão da instituição religiosa, deparando-se com a irmã Joana Angélica, que tentou impedir a invasão, recebendo violento golpe de baioneta no ventre, desferido por um dos soldados. Sórora Joana Angélica de Jesus é considerada a primeira mártir na luta pela independência do Brasil. Diante da notícia do assassinato da freira, aumentou ainda mais a revolta, a indignação e a oposição contra o domínio português. Mesmo assim, a ação de Madeira de Melo e seus comandados continuou, mais fortalecido com a chegada de reforços militares portugueses, provocando o medo e a dispersão dos grupos insurgentes. Nesse contexto, os deputados baianos com assento nas Cortes questionaram os governantes das cidades baianas sobre suas posições: se favoráveis a Portugal ou a D. Pedro. Três vilas baianas se declararam leais a D. Pedro, filiando-se ao movimento separatista: Santo Amaro, São Francisco do Conde e Cachoeira, onde as populações foram mobilizadas em favor do reconhecimento de D. Pedro I como príncipe regente. Em junho de 1822, a Câmara Municipal de Cachoeira proclamou seu rompimento com Portugal, no que obteve o apoio da tropa e da população. Como represália e com o objetivo de sufocar o movimento, o governador Madeira de Melo determinou o deslocamento, para atacar Cachoeira, de uma embarcação militar. Ao chegar àquela vila, a embarcação foi cercada, atacada e apreendida em 28 de junho de 1822. Em Salvador, o clima era de muita hostilidade entre portugueses e brasileiros, o

que motivou a fuga para o Recôncavo Baiano de parte da população, amplamente favorável a D. Pedro. Formou-se então, por iniciativa dos revoltosos, um governo paralelo para governar a Bahia, sendo constituído um Conselho Interino de Governo da Província, que passou a coordenar as ações dos brasileiros, dominando o Recôncavo em ações militares, em que se destacou a heroína Maria Quitéria, por sua coragem e bravura no campo de batalha. Então, os portugueses se entrincheiraram em Salvador, sendo sitiados pelos brasileiros. O cerco impedia que os portugueses fizessem o reabastecimento de víveres e de armas e munições. Em consequência, houve uma grave crise de abastecimento na capital baiana. A solução para as tropas portuguesas era romper a qualquer custo o bloqueio. Para conter a população e tentar manter o controle da província, Portugal enviou para a Bahia grande contingente militar. Por sua vez, D. Pedro enviou para a Bahia um exército organizado às pressas, sob o comando do general francês Pierre Labatut, que desembarcou em Maceió e seguiu a pé para Salvador. Ao longo do caminho, o general Labatut foi conquistando a adesão de muitos voluntários, partidários da Independência do Brasil e apoiadores de D. Pedro I. Ocorreram diversas batalhas na luta pela independência da Bahia. Com o apoio do almirante escocês Thomas Cochrane, as tropas brasileiras se organizaram e eliminaram a supremacia marítima portuguesa, enquanto as tropas brasileiras que sitiavam a capital baiana receberam o reforço da brigada do major José de Barros Falcão de Lacerda, composta por 1.300 soldados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, os quais conseguiram conter três ataques portugueses, deixando dezenas de inimigos mortos e feridos.

Principais Batalhas na Guerra de Independência da Bahia.

As duas batalhas mais importantes dessa guerra foram: a batalha do Pirajá e a batalha da Ilha de Itaparica. Os portugueses fizeram uma primeira tentativa de romper o cerco na madrugada de 8 de novembro de 1822, iniciando-se a Batalha do Pirajá, envolvendo 4 mil homens, entre brasileiros e portugueses, a cerca de 10 quilômetros de Salvador. A luta armada se iniciou com o desembarque em Itacaranha de 250 soldados portugueses, que

atacaram o Engenho do Cabrito. Ao mesmo tempo, outro grupo foi para o bairro de Pirajá, local da batalha, que durou cerca de 8 horas.



Batalha do Pirajá – Caribé (1978)

Fonte: <https://atarde.com.br/bahia/importante-episodio-da-independencia-da-bahia-batalha-de-pirajá-completa-199-anos-1178260> . Acessado em 10 de novembro de 2024.

O objetivo da força lusitana era abrir caminho em direção ao norte e ao centro do país, seguindo pelas Colinas do Pirajá para alcançar a Estrada das Boiadas, a mais antiga via de acesso ao interior do país. Embora os brasileiros demonstrassem coragem e bravura, estavam sendo vencidos, quando ocorreu um fato que mudou o curso dos acontecimentos. Por um erro do corneteiro Luís Lopes, que recebera ordem de executar o toque de retirada, foi entoado, possivelmente de forma intencional, o toque para a cavalaria avançar. Os brasileiros não dispunham de cavalaria, mas os portugueses desconheciam o fato e entraram em pânico e se dispersaram, enquanto os revolucionários baianos atacavam vigorosamente, provocando um número considerável de baixas nas forças inimigas, que ficaram sem condições de continuar resistindo. Em 2 de julho de 1823, os brasileiros conseguiram conquistar a cidade de Salvador, tendo o almirante português Madeira de Melo e o restante de suas tropas sido derrotados, abandonando a Bahia por mar. Por essa razão, 2 de julho é considerada a data da independência da Bahia. No mesmo dia, o Exército Pacificador entrou em

Salvador e a Junta de Cachoeira assumiu o poder, consolidando-se, com a vitória, a Independência da Bahia.

A outra importante batalha para a conquista da independência da Bahia foi a ocorrida, anteriormente, em 7 de janeiro de 1823, na Baía de Todos-os-Santos e nas praias da Ilha de Itaparica, a denominada Batalha da Ilha de Itaparica, entre as tropas brasileiras e a marinha e o exército de Portugal. A importância da Ilha de Itaparica nesse confronto tinha por principais causas: através da Ilha, era possível chegar à vila de Cachoeira, importante reduto brasileiro na luta contra os portugueses; era fonte de suprimento de alimentos e rota de acesso a navios que transportavam alimentos, armas e munições para o exército português. Essa luta armada contra os portugueses teve a heroica participação de mulheres, dentre as quais Maria Filipa de Oliveira, negra que liderou algumas mulheres na luta contra os portugueses em Itaparica, onde, contando com a ajuda de alguns homens, incendiou várias embarcações da frota portuguesa. Outra forma de atuação dessas mulheres foi através da sedução de soldados lusitanos, que eram embriagados e depois mortos. Na Batalha de Itaparica, os soldados brasileiros foram liderados por Antônio de Souza Lima, que montou um sistema defensivo no Forte de São Lourenço, espalhando trincheiras em lugares estratégicos, nos quais os soldados, utilizando pequenos canhões, atacavam os portugueses, principalmente no Largo da Quitanda, na Fonte da Bica e nas praias do Convento, de Amoreiras, de Mocambo, de Manguinhos e de Porto dos Santos. Embora a esquadra portuguesa, comandada por João Felix Pereira de Campos, contasse com 42 embarcações, foi derrotada pelos soldados do Batalhão de Itaparica.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR DE 1824.

Tal como a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador foi um movimento separatista de caráter republicano, desencadeado em Pernambuco em 1824, em oposição ao pensamento absolutista e à política centralizadora de D. Pedro I, expressos na constituição brasileira outorgada de 1824, que estabeleceu no Brasil uma monarquia constitucional, hereditária e representativa, com províncias sem autonomia e governadas por pessoas indicadas pelo imperador. O movimento revolucionário ganhou a denominação de Confederação do Equador, por

ficar o centro do movimento próximo à Linha do Equador. A revolta teve início na província de Pernambuco, mas rapidamente se propagou por outras províncias da região, notadamente Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. No Piauí, o movimento não prosperou. Em Pernambuco, centro da rebelião, o movimento teve participação da população urbana e das elites regionais e intelectuais. Como principais causas dessa revolução, podem ser citadas: a insatisfação com a centralização política imposta por D. Pedro I, institucionalizada na Constituição de 1824; o descontentamento com a influência portuguesa na vida política do Brasil, mesmo após a proclamação da independência; e a substituição do governador da província escolhido pela elite de Pernambuco, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, por Francisco Paes Barreto, nomeado pelo imperador D. Pedro I. Os objetivos pretendidos pelos confederados com o movimento revolucionário eram: a convocação de nova Assembleia Constituinte, para aprovação de uma Constituição de caráter liberal; a diminuição da influência do governo central nos assuntos políticos das províncias; o alijamento dos portugueses dos principais cargos públicos na província; a abolição do tráfico de escravos para o Brasil; a organização de forças de resistência popular contra a repressão do governo central imperialista e a formação de um governo independente na região. Para reprimir o movimento, foram deslocadas pelo poder central para o Nordeste tropas terrestres lideradas pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva e forças navais comandadas pelo almirante da Armada Imperial brasileira Thomas Cochrane. Favorecidos pelas divergências entre proprietários rurais (liberais e escravistas) e os partidários da abolição da escravatura, as tropas imperiais, em 17 de setembro, sufocaram a rebelião em Recife e Olinda. No interior, entretanto, continuou a resistência até 29 de novembro de 1824, em lutas de guerrilhas, sob o comando de Frei Caneca e Agostinho Bezerra. Todos os principais líderes da Confederação do Equador em Pernambuco foram presos e condenados à morte.

A Confederação do Equador no Ceará.

No Ceará, a Câmara da vila de Campo Maior de Quixeramobim declarou excluído do trono o Imperador e decaída a dinastia bragantina. Foi organizado um governo republicano sob a chefia do Capitão-mor do Crato, José Pereira Filgueiras, que assumiu o Comando Geral das

Forças da Província. O ato foi referendado pelas Câmaras de Icó, São Bernardo de Russas, Aracati, Crato e várias outras câmaras da província do Ceará. Então, Pereira Filgueiras e Tristão de Alencar se deslocaram para Fortaleza, onde prenderam o Comandante das Forças de Linha, Félix Couto, e renovaram a Junta Governativa. Com a ajuda de Pernambuco, foi montada uma tipografia, responsável pela publicação, em 01 de abril de 1824, do primeiro jornal cearense – o *Diário do Governo do Ceará*, sob a direção do Padre Mororó.

Em 8 de abril de 1824, foram realizadas as eleições do Grande Conselho do Ceará, órgão criado em substituição à Junta Governativa, composto por seis membros eleitos, que passariam a trabalhar em cooperação com o presidente da província. Deveria assumir a direção do governo o membro que obtivesse maior votação. Foram eleitos: Tristão Gonçalves (o mais votado), Padre Joaquim Galvão, José Felix de Azevedo e Sá, Padre Antônio Moreira, José Inácio Parente e Padre Manuel Pacheco Pimentel. Apesar de estar montada essa nova estrutura de governo da província, chegou a Fortaleza em 14 de abril de 1824 o tenente-coronel Pedro José da Costa Barros, nomeado pelo Imperador como primeiro presidente da Província do Ceará. Mesmo diante da oposição da Junta Governativa, Costa Barros assumiu o cargo em 15 de abril desse mesmo ano. Então, os integrantes da Junta saíram de Fortaleza e voltaram dez dias depois à frente de numeroso grupo de homens armados, ficando acampados em Messejana. O comandante-geral das Forças da Província, Pereira Filgueiras, nomeou o major Luiz Rodrigues Chaves comandante do Corpo da 1ª Linha, aquartelado em Fortaleza, e lhe deu ordens de prender civis e militares considerados hostis ao movimento. Essas ordens foram cumpridas e os presos conduzidos à fragata inglesa “Jubilee”.

Em 29 de abril de 1824, Pereira Filgueiras remeteu à Câmara um ultimato, lido pelo Padre Estevão de Porciúncula, propondo a demissão do Presidente da Província do Ceará, Costa Barros, o qual decidiu renunciar, ficando como presidente da província Tristão Gonçalves e como secretário o Padre Mororó. No dia 22 de maio de 1824, Tristão Gonçalves lançou manifesto convocando às ruas o povo, a nobreza e o clero e os incitando a aumentar a resistência ao Imperador. Além do mais, proibiu a ocupação de cargos civis e militares por portugueses. Várias manifestações de oposição ao governo imperial se sucederam no interior

e na capital do Ceará: em Granja, o comandante-geral da vila, coronel João Andrade Pessoa (depois conhecido como Pessoa Anta) conclamou a população à luta contra o governo imperial; em Icó, a Câmara se recusou a jurar e obedecer a Constituição de D. Pedro I; em Fortaleza, em 26 de agosto de 1824, sob a presidência de Tristão Gonçalves, o Grande Conselho e várias Câmaras do Interior, decidiram oficializar a condição do Ceará como república. O juramento à República foi prestado em Icó, em 01 de outubro de 1824, com a presença de Pereira Filgueiras. A represália do governo imperial foi imediata, numa ação coordenada que resultou em muitas baixas nas forças revolucionárias cearenses. Num primeiro confronto, parte das tropas de Pereira Filgueiras foi derrotada pelos imperialistas de São Severino (atualmente Pereiro), comandados por Manuel Antônio de Amorim. Em Jardim, Leonel Pereira de Alencar e um filho foram assassinados por partidários do governo imperial. Na Fazenda Picada, próxima dos limites com a Paraíba, cerca de 150 soldados confederados, liderados por Maximiliano Rodrigues dos Santos, foram abatidos pela tropa de Joaquim Pinto Madeira, enquanto dormiam depois de uma bebedeira. A vila de Jardim foi invadida depois que Geraldo Carvalho foi derrotado e morto pelos legalistas. A tropa de Francisco Pereira da Fonseca ocupou a vila do Crato. Também em Fortaleza a situação dos confederados ficou insustentável, depois que Luiz Rodrigues Chaves, que havia seguido para Pernambuco como emissário do governo revolucionário, traiu os legalistas e retornou à frente de sua tropa, para fazer a contrarrevolução.

Tristão Gonçalves, após transmitir a presidência da Província do Ceará para o coronel José Felix de Azevedo e Sá, seguiu para Aracati e afastou Luiz Rodrigues Chaves, que havia instalado um governo provisório paralelo. Para agravar ainda mais a situação dos revolucionários, desembarcou em Fortaleza Thomas Crochrane, oficial naval britânico, que assumiu o comando das forças militares do Império e intimou o coronel José Felix, que havia substituído Tristão Gonçalves no governo, a encerrar o movimento emancipacionista e lhe prestar obediência, no que foi atendido, recebendo ordem de permanecer à frente do governo da Província, após prometer fidelidade ao Imperador. Para tentar uma suposta pacificação, Thomas Crochrane prometeu conceder anistia a todos os revoltosos e os incentivou a voltarem a suas casas com

tranquilidade. Mas Tristão Gonçalves, depois de consultar seus comandados, decidiu continuar lutando. Seguiu para Icó, a fim de encontrar Pereira Filgueiras, supondo que suas forças militares ali sediadas ainda se mantinham íntegras e leais. A situação, entretanto, era muito diferente: além de terem ocorrido muitas perdas em Icó, nos confrontos com o inimigo, era crescente o número de desertores, em razão do desânimo e desespero que tomou conta do grosso da tropa. Ao passar pela margem direita do rio Jaguaribe, Tristão Gonçalves se deparou com numerosa força inimiga do proprietário rural José Leão da Cunha Pereira, e, depois de resistir com bravura até ficar quase só, foi morto no lugar Santa Rosa, então município de Riacho do Sangue, atualmente Jaguaretama, em 31 de outubro de 1824. Seu corpo foi mutilado, mantido por vários dias ao pé de uma árvore e finalmente sepultado na capela do povoado.

Pereira Filgueiras, por sua vez, depois de sair vitorioso no último combate contra os imperialistas, no Sítio Batateiras, próximo do Crato, depôs as armas em 8 de novembro de 1824 e, juntamente com o Padre Martiniano de Alencar e outros revolucionários, seguiu para Pernambuco. Entregou-se ao Capitão Reinaldo Bezerra de Araújo, seu ex comandado, e foi conduzido para o Rio de Janeiro. Em 1825, morreu na vila de São Romão, em Minas Gerais, acometido de malária. Em 17 de dezembro de 1824, Costa Barros reassumiu a presidência da Província do Ceará, sendo em 13 de janeiro de 1825 transferido para assumir a presidência da província do Maranhão.

Os revolucionários Padre Gonçalo Mossoró e Pessoa Anta, foram fuzilados em 30 de abril de 1825; Francisco Ibiapina, em 7 de maio de 1825; Luiz Inácio de Azevedo Bolão, em 16 de maio de 1825; e Feliciano José da Silva Carapinima, em 28 de maio de 1825. Os fuzilamentos ocorreram em Fortaleza, no então denominado Campo da Pólvora, atual Praça dos Mártires, também conhecida como Passeio Público. Esses cinco revolucionários haviam sido condenados a morrer enforcados, mas não tendo sido encontrado carrasco que se dispusesse a cumprir a sentença de enforcamento, foram fuzilados.

O Padre José Martiniano de Alencar foi preso e levado para o Rio de Janeiro, onde, após D. Tomaz de Noronha recomendar ao Imperador benevolência, e depois de pedir perdão a D. Pedro I, foi encaminhado para Fortaleza, onde foi absolvido por unanimidade pela Comissão Militar do

Ceará, em 14 de dezembro de 1825. O jornalista Cipriano Barata foi condenado à prisão, enquanto Frei Alexandre da Purificação, Antônio Bezerra de Sousa Menezes e José Ferreira de Azevedo tiveram suas condenações à morte comutadas, com base em decreto imperial, por pena de banimento.

REVOLTAS NO PERÍODO DA REGÊNCIA (1831-1840).

Durante o período da regência (1831 a 1840), que corresponde à fase inicial de organização do Estado brasileiro, multiplicaram-se as divergências e disputas político-partidárias entre os grupos dominantes, que buscavam o controle do poder nas províncias. Por seu turno, com a abdicação de D. Pedro I, a camada mais pobre da população, nas cidades e no campo, integrada por homens livres brancos, mulatos, pardos e negros, que continuavam marginalizados politicamente, se sentiu, com a regência, encorajada a lutar para participar das decisões políticas.

Setembrada no Maranhão (1831-1832).

No mês de setembro de 1831, no Maranhão, eclodiu a denominada *Setembrada*, cujo objetivo principal era a expulsão dos portugueses e dos padres franciscanos residentes na província do Maranhão. Em frente ao quartel conhecido como Campo de Ourique, militares e populares armados pretendiam entregar ao presidente da província Cândido Viana um documento denominado *Representação da Tropa e Povo debaixo de Armas*. Era um abaixo-assinado com 254 assinaturas, solicitando ao governo a limitação da ação dos portugueses no comércio, na área militar, na propriedade de terras e nas finanças. Na exposição de motivos do documento, os requerentes expunham que, “*para evitar a desintegração do Império pela influência que ainda têm nele os inimigos da Independência e da Constituição*”, o governo deveria demitir e expulsar os portugueses que integravam as tropas de primeira e segunda linhas e que ocupavam os empregos civis, da Fazenda e da Justiça, e expulsar também os padres franciscanos. Esse movimento surgiu sob a inspiração do jornalista José Cândido de Moraes e Silva, que publicava no periódico *Farol Maranhense* denúncias de irregularidades e abusos cometidos por portugueses, nas esferas em que atuavam, com artigos diários em defesa dos direitos dos brasileiros, contando nessa campanha com expressivo apoio da

população civil. Num primeiro momento, os ânimos foram temporariamente acalmados, diante da promessa do presidente da província Araújo Viana de atender as reivindicações dos revoltosos. Na prática, as ordens governamentais foram sendo procrastinadas e, ante a falta de efetivação das medidas prometidas, o *Farol* retomou a campanha, e a tropa e o povo voltaram a se rebelar em 19 de novembro de 1831 no campo de Ourique, sob a liderança mais uma vez de José Cândido, contando com a adesão de Francisco de Abranches e Egídio Launé. A repressão ao movimento foi comandada por Feliciano Falcão, apoiado por força naval, contando com 80 granadeiros, que dispersaram os manifestantes e prenderam alguns de seus líderes, tendo, entretanto, José Cândido e Egídio Launé fugido para o interior da província. Foram expedidas novas ordens, para “restituir tudo ao seu antigo e legal estado”, sendo reconduzidos a seus postos os funcionários que haviam sido demitidos e substituídos. Em 19 de junho de 1832, eclodiu nova revolta, tendo como motivação as mesmas reivindicações, prontamente sufocada pelo governo. Enquanto isso, no interior, começaram a surgir movimentos semelhantes, sob a liderança do popular Antônio João Damasceno, cujas ações, fora das zonas urbanas, se desenvolviam sob a forma de guerrilha. A perseguição das forças legalistas aos rebeldes teve continuidade por cerca de dez meses, entre 1831 e 1832, até que ocorreu o confronto do Boqueirão e Antônio João Damasceno foi morto. Há que se destacar que a “*Setembrada*” não tinha *a priori* caráter de subversão da ordem, apesar do uso de armas, mas visava tão-somente o reconhecimento de direitos, visando o acesso de brasileiros a empregos públicos e a créditos.

Novembrada em Pernambuco (1831).

Na noite de 15 de novembro de 1831, rebentou em Pernambuco a insurreição que se tornou conhecida como “*Novembrada*”, em que republicanos e liberais radicais, partidários do federalismo e da corrente dos restauradores, sob o comando do capitão Antônio Afonso Viana e do segundo-tenente João M. Magalhães, promoveram saques em propriedades de portugueses e invadiram e se apoderaram da Fortaleza de Cinco Pontas. Os revoltosos pleiteavam o desarmamento de todos os portugueses, a exoneração de oficiais lusitanos e a expulsão de Pernambuco dos que fossem solteiros. Muitas foram as adesões ao

movimento, mas o Presidente da Província, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, que havia se refugiado na Fortaleza do Brum, conseguiu, com o apoio do coronel Francisco Jacinto, reunir forças legalistas, dominando e dissolvendo o movimento revolucionário.

Abrilada em Pernambuco (1832).

O episódio histórico, conhecido como “*Abrilada*”, foi um movimento de caráter absolutista e conservador, de iniciativa dos grandes comerciantes portugueses que controlavam o comércio de Recife e da província e que vinham sendo hostilizados pela população, desde a Independência do Brasil. Tinha por objetivo a restauração de D. Pedro I como imperador do Brasil, contando com o apoio da sociedade secreta “Coluna do Trono e do Altar”. Em 14 de abril de 1832, eclodiu o levante de um batalhão militar no Recife, liderado pelo coronel Francisco José Martins e pelo major José Gabriel de Moraes Mayer, iniciando-se no dia seguinte os confrontos de rua, que duraram não mais do que uma semana e foi encerrado depois que os revoltosos foram isolados num bairro de Recife e no Forte de São João Batista de Brum, por ordem do presidente da Província Manuel de Carvalho Paes de Andrade, com a ajuda dos estudantes da Faculdade de Direito de Olinda. Os principais líderes da revolta conseguiram fugir para o interior da Província, onde, com o apoio de escravos foragidos, camponeses e pelos índios Jacuípe, conseguiram resistir por quase dois anos às investidas do governo. A pacificação só ocorreu após a morte de D. Pedro I, em 24 de setembro de 1834, com a mediação do bispo d. João da Purificação Marques Perdigão.

Revolta do Guanais ou Revolta de Vila de Cachoeira e a Sublevação do Forte do Mar na Bahia (1832-1833).

Na Bahia, entre os anos de 1832 e 1833, ocorreram duas revoltas nativistas, de caráter federalista, motivadas pelo clima de incertezas sobre o futuro político do Brasil, após a proclamação da independência. Na primeira, a *Revolta da Vila de Cachoeira e São Félix*, também denominada *Revolta do Guanais*, liderada pelo capitão Bernardo Miguel Guanais Mineiro, com o apoio de parte dos proprietários rurais, os revoltosos

tomaram a Vila de São Felix, onde, após proclamar a instauração do “sistema federal”, instalaram um governo provisório, em fevereiro de 1832. Mas o movimento não estava estruturado para enfrentar a resistência das forças do governo. O presidente da Província Honorato Paim mandou bloquear a vila por terra e por mar, utilizando tropas arregimentadas de outras cidades baianas, que, sob o comando do Visconde de Pirajá, derrotaram os revoltosos, depois de uma semana de lutas, e ocuparam a Vila de Cachoeira, sendo mandado como prisioneiro para o Forte de São Marcelo o líder Guanais Mineiro. Em 26 de abril de 1833, ocorreu a segunda revolta, na baía de Todos os Santos - a *Sublevação do Forte do Mar*, nome pelo qual também ficou conhecido o Forte de São Marcelo, que anteriormente havia se denominado Forte de Nossa Senhora do Pópulo.



Forte de São Marcelo

Fonte: TripAdvisor. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303272-d2349215-Reviews-Sao_Marcelo_Fort-Salvador_State_of_Bahia.html. Acesso em: 09 outubro 2024

O Forte de São Marcelo, de planta circular, construído a partir de 1612 sobre um banco de arrecifes, a 300 metros da costa de Salvador, com frente para o centro histórico da cidade, se localiza dentro das águas, e pode ser facilmente avistado por quem passa pela Avenida do Contorno, pela Ladeira da Montanha, e por quem está na Praça Castro Alves ou nas imediações do Elevador Lacerda e do Mercado Modelo. Guanais Mineiro, Carmo Sucupira e Daniel Gomes de Freitas conseguiram sublevar os militares da fortificação onde se encontravam prisioneiros e, de lá mesmo, promoveram o bombardeio da cidade de Salvador. Depois de quatro dias de combates violentos, diante da reação militar do governo, os rebeldes tentaram uma negociação, erguendo uma bandeira de três

palas: branca nos dois lados e azul no meio. Como as forças do governo se negaram a negociar, os rebeldes se renderam em 29 de abril de 1833, sendo novamente preso o líder Guanais Mineiro e mandado para uma região erma do sertão baiano, onde permaneceu pelo resto de sua vida, deixando, segundo consta, numerosa descendência.

A Sedição de Pinto Madeira ou Guerra dos Cacetes Bentos (1832).

A insurreição do Crato ou Sedição de Pinto Madeira foi um movimento, ocorrido no período regencial, após a abdicação de D. Pedro I, tendo como principal líder o coronel Joaquim Pinto Madeira. O objetivo da revolta era a restauração de D. Pedro I como Imperador do Brasil, sendo considerada um prolongamento dos conflitos anteriores, entre republicanos cratenses e monarquistas jardinenses. Nesse movimento restaurador, Pinto Madeira tinha o apoio e o incentivo do vigário de Jardim, Padre Antônio Manuel de Souza, sendo ambos filiados à sociedade secreta “Coluna do Trono e do Altar”, sediada em Recife. O prestígio de Pinto Madeira no Cariri era sustentado pelo Imperador, mas após a abdicação de D. Pedro I em favor do filho e sua partida para a Europa, Pinto Madeira passou a ser alvo de várias acusações, retaliações e hostilidades. Mesmo assim, Pinto Madeira e Padre Antônio Manuel de Souza continuaram a campanha em favor do retorno do Imperador ao trono brasileiro. Os republicanos cratenses, sob o argumento de que os jardinenses se preparavam para atacar a vila do Crato, começaram a se preparar para o confronto. Os jardinenses, por sua vez, organizaram uma tropa de mais de três mil partidários, despreparados, sem armas de fogo, portando tão-somente cacetes, e marcharam em direção à vila do Crato, sob o comando de Pinto Madeira. As forças do Crato, ao tomarem conhecimento do avanço dos jardinenses, se deslocaram para enfrentar o inimigo, ocorrendo uma sangrenta batalha no sítio Buriti, próximo à Vila de Barbalha, em que foi morto o integrante da tropa cratense Joaquim Pinto Cidade. O Padre Antônio Manuel de Souza foi o estrategista desse movimento, tendo participação ativa nos conflitos, chegando inclusive a comandar uma tropa, enquanto Pinto Madeira comandava outra. Mas a atuação do padre se sobressaía principalmente na oratória, através da qual

estimulava o fanatismo entre os fiéis, para arregimentar homens simples e sem instrução, e tementes a Deus, manipulando-os para lutar ao lado de Pinto Madeira, chegando a reunir um verdadeiro exército. Desprovido de armas tradicionais, como armas de fogo, facas e facões, Padre Antônio Manuel armou seus “cabras” com porretes de madeira, benzidos por ele. Acompanhados por um grupo de partidários, Pinto Madeira e o Padre Antônio Manuel deram início à insurreição em 2 de janeiro de 1832, deslocando-se até a vila do Crato, onde Pinto Madeira proclamou nula a abdicação do Imperador, instalou um governo provisório para toda a região caririense, prendeu os adversários políticos liberais e readmitiu os servidores, seus partidários, que haviam sido demitidos. O governo regencial reagiu, designando para combater Pinto Madeira e seus seguidores o mercenário francês general Pedro Labatut, tendo ocorrido diversos confrontos militares, dentro os quais o de Icó, em 6 de outubro de 1832, e o de Missão Velha, em 3 de novembro do mesmo ano. Na iminência de ser derrotado, Pinto Madeira se rendeu e foi preso. Levado a julgamento no Senado da Câmara da Vila Real de Crato, em 26 de novembro de 1834, não pelo crime de rebelião contra a ordem constituída, mas pelo suposto assassinato, em 27 de dezembro de 1831, do “bom cidadão” Joaquim Pinto Cidade, quando as tropas dos restauradores marchavam contra a vila do Crato. A opção de levar o acusado a julgamento por um suposto crime comum teve o objetivo de não dar margem ao acusado para qualquer argumento ou justificativa que pudesse vir a inocentá-lo. Na defesa, Joaquim Pinto Madeira não negou que liderava as tropas revoltosas por ocasião da invasão do Crato, na Batalha do Buriti, mas negou a autoria do crime. O julgamento foi considerado uma grande farsa, reconhecida pelo próprio Presidente da Província, pelo adversário político José Martiniano de Alencar e pelo general Labatut, que endereçou ofício ao Ministro da Guerra do Brasil denunciando o fato. Todos informaram que a Comarca de Crato não dispunha de juizes isentos e preparados para julgarem os réus e que todos, assim como as testemunhas, eram inimigos políticos do réu. Das quatro testemunhas do acusado, apenas uma foi inquirida. Joaquim Pinto Madeira foi condenado à forca pelo júri da vila do Crato em 28 de novembro de 1834, mas, como era militar, teve atendido o seu pedido para que a execução fosse por fuzilamento e não por

enforcamento. O fuzilamento ocorreu na localidade do Alto Barro Vermelho, hoje denominado bairro Pinto Madeira, em sua homenagem. O Padre Antônio Manuel de Souza não foi condenado, visto que sobre o religioso não pesava a acusação de assassinato, mas de sedição, que não era objeto daquele julgamento.

A Revolta dos Cabanos em Alagoas e Pernambuco (1832-1835).

A Revolta dos Cabanos, em Alagoas e Pernambuco, ocorrida entre 1832 e 1835, teve como principal objetivo o retorno de D. Pedro I como imperador do Brasil. Desde a abdicação de D. Pedro I em 1831, se acentuaram as divergências e disputas entre, de um lado, os comerciantes portugueses, burocratas e militares conservadores, então denominados caramurus, que se preocupavam com a possibilidade de perderem posições políticas e cargos públicos importantes que desempenhavam no governo e as atividades comerciais que exerciam, e, de outro, os idealistas liberais, brasileiros descontentes com a posição de inferioridade que ocupavam nas áreas da economia, da política e da cultura. Os principais líderes do movimento cabano foram: Domingos Lourenço Torres Galindo, Antônio Themoteo de Andrade, Vicente Ferreira de Paula, Manuel Afonso de Melo, João Batista de Araújo e Alexandre Gomes de Oliveira.



Revolta dos Cabanos

**Fonte: <https://www.historiadealagoas.com.br/guerra-dos-cabanos-de-1832-a-1835.html>
Acessado em 22 de novembro de 2024.**

A revolta se iniciou em maio de 1832 com a chegada de Antônio Themoteo de Andrade e seu bando à região de Panelas de Miranda. Em 30 de julho do

mesmo ano, foi proclamado em Passo – AL o restabelecimento do governo de D. Pedro I. Logo, a Revolta dos Cabanos alcançou outras localidades, tendo aderido ao movimento: no sul de Pernambuco: Una, Santo Antônio, Limeira e Água Preta; no norte de Alagoas: Barra Grande (atual Maragogi), Jacuípe, Porto Calvo e Palmeira. O movimento teve a duração de três anos e reuniu em suas hostes camponeses, índios Jacuípe, brancos e mestiços, e escravos negros foragidos, todos denominados “cabanos”, em razão de terem suas moradas em cabanas construídas no meio do mato ou às margens dos rios da região. A princípio, os presidentes das províncias de Alagoas e de Pernambuco não deram a devida atenção ao movimento, mas sentindo agravar-se a situação, as ações militares se intensificaram e conseguiram a redução do movimento entre agosto e setembro, em Jacuípe e Barra Grande, numa ação comandada pelo major Manuel Machado da Silva Santiago. Em outubro, Antônio Themoteo foi morto num ataque a Feijão. Alagoas foi pacificada e, em Pernambuco, as forças revoltosas foram vencidas em Panelas de Miranda. No final de 1832, o movimento migrou para o interior, onde as condições de vida eram bastante adversas: não havia meios de comunicação; a temperatura ambiental era bastante elevada durante a maior parte do ano e a pluviosidade muito irregular. As vias de acesso, constituídas por trilhas, eram praticamente intransitáveis, o que, de certa forma, favorecia o desenvolvimento de operações de guerrilhas, proporcionando aos insurretos condições de enfrentamento às investidas das forças do governo. Para sobreviver, os cabanos exploravam a atividade pecuária em pequena escala, o cultivo da cana de açúcar e a agricultura de subsistência, tendo como base alimentar principalmente o peixe, a carne-de-sol e a farinha de mandioca. Nos três anos de lutas, em alguns confrontos armados as tropas governamentais saíram vitoriosas, em outros, as forças rebeldes, principalmente em lutas de guerrilhas. Em 1835, as forças do governo, com cerca de 4.000 soldados, conseguiram cercar a área onde se encontrava o que restava do exército rebelde, reduzido a grupos de errantes, constituídos dos integrantes mais radicais da revolta e dos escravos, que preferiam a morte à escravidão, e não aceitaram o oferecimento de anistia em troca da rendição. Grande número de revoltosos havia desertado, centenas tinham sido presos e muitos haviam sido mortos em combate. Suas cabanas e lavouras foram destruídas e incendiadas. O líder Vicente de Paulo não se entregou, conseguindo fugir. Depois da vitória das tropas do governo sobre os últimos redutos dos revoltosos, iniciou-se um lento processo de pacificação, contando com a mediação do bispo d. João da Purificação Marques Perdigão,

que, no curso dos conflitos, havia feito contatos com os cabanos e conquistado a sua confiança. Finalmente, em 29 de maio de 1835, ocorreu a rendição dos últimos revoltosos em Japaranduba e a região foi pacificada. Os revoltosos que haviam sido presos, pouco tempo depois foram anistiados.

Revolta dos Malês – Bahia (1835).



Revolta dos Malês

Fonte: Jornal Regional. Disponível em: <https://www.jornalregional.rio/jornalregional2/noticia/buscarNoticia?id=4750>. Acesso em: 09 outubro 2024

A denominada **Revolta dos Malês** foi uma rebelião de africanos escravizados, ocorrida em Salvador - Bahia, deflagrada em 25 de janeiro de 1835. Os escravos Malês eram homens guerreiros, ousados e instruídos, que realizaram esse levante tendo como principais objetivos: libertar os escravos de origem muçulmana, exterminar a religião católica na Bahia e implantar uma república islâmica. Considerada a maior revolta de escravos do Brasil, esse movimento se iniciou com cerca de 600 escravos de origem islâmica, sobretudo das etnias haussás (ou hauçás) e nagôs, que, após conclamarem outros escravos nas ruas de Salvador a se rebelarem contra a escravidão, conseguiram mobilizar aproximadamente 1.500 escravos. Na época, pouco mais de 40% da população de Salvador (de 65.000 habitantes) era constituída de escravos: eram cerca de 27.500 escravos. O plano de ataque dos Malês, elaborado pelo escravo Mala Abubaker, fazia coincidir o dia do levante com a data do Ramadã – 25 de janeiro, a mais importante para os muçulmanos. Os principais motivos da insatisfação dos

escravos africanos, e da deflagração do levante, eram o sistema político e econômico vigente, baseado na mão-de-obra escrava, e a ausência de liberdade religiosa. Revoltados com a imposição da religião católica, os “malês” (“*imale*”, na língua ioruba, significa “muçulmano”) se uniram com o intuito de defender a liberdade religiosa e de lutar pelo fim do trabalho escravo, assim como acabar com as humilhações, as torturas, as violências físicas e psicológicas, as aviltantes condições de vida e os frequentes abusos sexuais, a que vinham sendo submetidos. **Sob a liderança de Pacífico Licutan, Manuel Calafate e Luís Sanim**, a Revolta dos Malês se iniciou com ataque às guarnições do Exército, no centro de Salvador. Ocorre que o movimento foi denunciado e, na noite de 24 para 25 de janeiro, a polícia e as forças imperiais haviam preparado uma emboscada, na qual muitos dos revoltosos foram mortos e feridos, sendo presos cerca de 200 insurretos, depois julgados e condenados: os principais líderes à pena de morte por fuzilamento, sendo os demais submetidos a açoites e trabalhos forçados. A luta foi desigual: enquanto os escravos malês lutavam usando técnicas de capoeira e tendo como armas espadas, lanças, facas, porretes e outros objetos cortantes, as forças imperiais combatiam com a utilização de armas de fogo. Mesmo a Revolta dos Malês tendo sido sufocada com muita rapidez, a preocupação do governo imperial e dos fazendeiros, senhores de escravos, os levou a tomar medidas para evitar a repetição desse tipo de ação, sendo para tanto proibida a prática de cultos religiosos, exceto os católicos, e a circulação pelas ruas à noite.

Carneiradas em Pernambuco (1834-1835).

Durante o período regencial, havia em todo o país intensa disputa entre os grupos políticos liberais moderados e exaltados. Na Província de Pernambuco, entre os anos de 1834 e 1835, ocorreram três tentativas de levantes, que ficaram conhecidos pelo nome de *Carneiradas*, por terem sido arquitetados pelos irmãos Francisco e Antônio Carneiro Machado Rios, proprietários rurais e militares, que se tornaram importantes líderes dos exaltados nessa província. Um golpe foi organizado para afastar do governo o presidente da província Francisco de Paula Almeida e Albuquerque e levar ao poder uma liderança vinculada ao grupo dos exaltados. Não resistindo às pressões, sob o argumento de que estava

doente, Almeida e Albuquerque entregou a presidência da província ao conselheiro mais votado, o vice-presidente exaltado Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Assim, o plano dos irmãos Carneiro de derrubar o presidente da província foi bem sucedido. Depois de assumir o poder, entretanto, Paes de Andrade tornou-se mais moderado e frustrou as expectativas dos irmãos Carneiro, que pretendiam governar junto com o novo presidente, com participação ativa nas decisões do governo, visando também obter ganhos materiais. Francisco foi nomeado comandante do Batalhão dos Expedicionários, enquanto Antônio ficou responsável pelo comando da tropa. Como na época havia muitos levantes, os dois irmãos foram lutar na Guerra dos Cabanos, no interior da província, e logo se desentenderam com as demais lideranças dessa guerra e, na disputa pela autoridade perante as tropas, não foram bem sucedidos, sendo chamados a Recife pelo presidente Paes de Andrade, que os destituiu dos comandos que ocupavam. A partir de então, os irmãos tentaram de várias formas enfraquecer o presidente da província, para tirá-lo do poder, inclusive tentando persuadir os membros de sua guarda a traí-lo, mas sem sucesso. Fora do Poder, Francisco Carneiro fundou o jornal *A Razão e a Verdade*, tornando-se ferrenho adversário e opositor do presidente da província Manoel de Carvalho Paes de Andrade. As três tentativas de levantes, organizadas pelos irmãos Carneiro, não encontraram respaldo político ou popular, e foram derrotadas, sem maiores repercussões, pelas forças do governo, lideradas pelo general Francisco de Paula Barreto: a primeira ocorreu em Recife, em 16 de janeiro de 1834; a segunda, em Boa Vista, em 22 de janeiro de 1835, e a terceira, no dia 17 de março de 1835, também na capital pernambucana.

Sabinada na Bahia (1837 – 1838).

Outra rebelião armada ocorrida no período regencial foi a *Sabinada* na Bahia, ocorrida entre novembro de 1837 e março de 1838, em Salvador. Recebeu essa denominação por ter como principal líder o médico e jornalista republicano Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, revolucionário federalista. Esse movimento revolucionário, que considerava ilegítimo o governo regencial, teve como principais motivações: a inconformidade dos revoltosos com a falta de autonomia política e administrativa da

província; e a insatisfação dos baianos com o recrutamento obrigatório a que foram submetidos, para integrar as forças de enfrentamento à Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, em 1835. A Sabinada tinha por objetivo, sem intenção separatista, constituir uma “República Bahiense”, até que D. Pedro II atingisse a maioria. Embora o movimento revoltoso se manifestasse favorável à manutenção da escravidão, não recebeu o apoio dos escravocratas e, por essa razão, também não recebeu a adesão da comunidade escrava, que não confiou na promessa de concessão de liberdade aos que lutassem e apoiassem o governo republicano. Assim, participaram do movimento revolucionário integrantes da classe média urbana, oficiais militares, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes, artesãos e parte da camada mais pobre da população. Sob o comando de Francisco Sabino, a rebelião teve início em Salvador no dia 7 de novembro de 1837. Os revoltosos conseguiram conquistar a simpatia e o apoio das tropas do Forte de São Pedro, que dominaram a cidade, tendo o movimento sido fortalecido com a adesão das forças militares legalistas, que, designadas para acabar com a revolta, se uniram aos revoltosos e ocuparam a Câmara Municipal, nomeando secretário de governo Francisco Sabino, tendo como Ministro da Guerra Daniel Gomes de Freitas e como Ministro da Marinha Manoel Pedro de Freitas Guimarães. Grande parte da população uniu-se aos rebeldes. Nos quatro meses seguintes, os revolucionários invadiram e dominaram vários quartéis militares nas imediações de Salvador. No dia 13 de março de 1838, as tropas legalistas, aquarteladas no Recôncavo Baiano, comandadas pelo Marechal Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, sitiaram a cidade de Salvador por terra e por mar, provocando a fuga da população, pressionada pela escassez de alimentos. Depois disso, em pouco tempo, as tropas governamentais, contando com o apoio do exército e de grupos armados locais, após sangrentos combates, reconquistaram a cidade, deixando um saldo de mais de duas mil mortes, sendo aprisionados cerca de três mil revoltosos, que, refugiados no Forte de São Pedro, se renderam. Os principais líderes da revolta foram condenados à pena de morte ou a desterro, mas D. Pedro II, coroado em 1840, concedeu anistia aos que haviam sido condenados à morte, sob a condição de se mudarem para lugares distantes da Bahia, principalmente para Goiás e Mato Grosso.

Balaiada no Maranhão (1838-1841).

A revolta denominada *Balaiada* ocorreu no Maranhão entre os anos de 1838 e 1841, tendo como causas principais: a insatisfação popular com a pobreza, a desigualdade social e as péssimas condições de vida da população. O nome “balaiada” é uma referência a um tipo de cesto fabricado na região, sendo “balaio” o apelido de um dos principais líderes do movimento. Na época, a economia da região tinha como principais sustentáculos a produção de açúcar e algodão para exportação e a criação de gado, com utilização intensiva de mão de obra escrava. A economia da província vinha enfrentando forte crise econômica provocada pela concorrência do algodão produzido no sul dos Estados Unidos, com a conseqüente queda nos preços. Os efeitos da crise afetaram os produtores maranhenses, provocando o desemprego e afetando as classes mais baixas da população: vaqueiros, sertanejos pobres e escravos. No plano político, havia então uma disputa entre grupos rivais: os bem-te-vis (liberais) e os cabanos (conservadores), vinculados às elites maranhenses. Quando em 1837, os conservadores retomaram o poder no Rio de Janeiro, com a regência de Pedro Araújo Lima, após a renúncia do regente unido Diogo Feijó, os liberais foram afastados do poder no Maranhão, assumindo como presidente da província o conservador Francisco Bibiano de Castro, que aprovou a denominada “Lei dos Prefeitos”, transferindo muitas atribuições do juiz de paz para o prefeito, inclusive o poder de polícia. Como os cabanos detinham o governo das prefeituras na província, começaram as perseguições aos liberais bem-te-vis. Enquanto cabanos e bem-te-vis lutavam pelo poder, as condições de vida da população pioravam cada vez mais, levando o descontentamento popular de negros e pardos à revolta. A gota d’água para o desencadeamento da revolta ocorreu em 13 de dezembro de 1838, quando o vaqueiro Raimundo Gomes, apelidado de Cara Preta, com o apoio de alguns de seus homens, atacou a cadeia de Vila de Manga, atual município de Nina Rodrigues, e libertou o irmão que tinha sido preso, acusado de assassinato. Outras ações de revolta eclodiram pelo interior da província, estendendo-se pelos Vales do Itapecuru e Parnaíba, tendo como principal foco das batalhas a vila de Caxias. Além de Raimundo Gomes, outros líderes revoltosos

se destacaram, dentre os quais: Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, conhecido pelo apelido de Balaio, por ser fabricante de cestos de palha; Cosme Bento das Chagas, o Cosme Velho ou Negro Cosme, líder de negros escravos e libertos, que comandava um grupo de 3 mil escravos fugitivos, e Lívio Lopes Castelo Branco. A rebelião foi se ampliando, inicialmente com o apoio dos bem-te-vis, que desejavam afrontar e enfraquecer os cabanos. Mas, temendo que a rebelião tomasse dimensões indesejadas, os bem-te-vis terminaram por se aliar aos cabanos, para reprimi-la. No dia 01 de agosto de 1839, nas proximidades da fronteira com o Piauí, os balaios tomaram a vila de Caxias, onde organizaram uma Junta Provisória para governar a cidade. Houve então uma tentativa de negociação para o término da revolta, mas o governo da província não aceitou as propostas dos balaios que exigiam anistia para todos os balaios envolvidos no movimento e a revogação da “Lei dos Prefeitos”. A revolta prosseguiu e em vários combates os balaios saíram vitoriosos, até que, em 1840, o coronel Luís Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias, depois Duque de Caxias, foi nomeado presidente da província do Maranhão e à frente de uma tropa de milhares de soldados conseguiu derrotar os balaios. Para tanto, o coronel comandante resolveu os problemas que prejudicavam o desempenho das forças militares: pagou os soldos atrasados dos militares; organizou as tropas; cercou e atacou redutos balaios já enfraquecidos por deserções e perda do apoio; organizou toda a estratégia e a execução do plano que visava acabar definitivamente com a revolta. Em outubro de 1839, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o balaio, foi ferido durante combate na cidade de Caxias, vindo a falecer poucos dias depois. Em 1840, a proposta de anistia feita pelo governo levou à rendição 2.500 balaios, inviabilizando o já desfalcado e abatido exército revolucionário. Os que resistiram, foram derrotados. Confiado na lei da anistia, Raimundo Gomes se rendeu, sendo recambiado para São Paulo, aonde já chegou morto. Cosme Bento, que, após a morte de Manuel Francisco, assumiu a liderança dos balaios, continuou resistindo, tendo sido derrotado, preso e enforcado em 1841. Em Caxias, foi erigido o “*Memorial da Balaiada*”, centro educativo-cultural composto por um Museu e um Centro de Documentação, inaugurado em 26 de junho de 2004.

MOVIMENTOS PRÉ-POLÍTICOS: MOTINS E TUMULTOS DO FECHA-FECHA (SETEMBRO DE 1844 A SETEMBRO DE 1845) E DO MATA-MATA (DEZEMBRO DE 1847 A JUNHO DE 1848).

Alguns dos episódios de agitação, que antecederam a Revolução Praieira, ficaram conhecidos como movimentos pré-políticos denominados “Fecha-Fecha” (1844 e 1845) e “Mata-Mata” (1847 e 1848). Os “Fecha-fecha” foram definidos como “fechamento de portas precipitadamente, confusão, sarceiro, desordem”⁴. A primeira dessas agitações populares ocorreu nos dias 8, 9 e 10 de setembro de 1844, por ocasião das comemorações do aniversário da independência, quando os manifestantes saíram às ruas, proferindo insultos e fazendo quebra-quebras, ocasião em que espancaram vários portugueses. Em razão desses tumultos as pessoas se viram obrigadas a se refugiarem em navios, em estabelecimentos comerciais, ou a fugirem, para, na ação de *fecha-fecha*, se trancarem em suas casas. Foram movimentos de intensa agitação social, que sobressaltaram as pessoas nas ruas e aterrorizaram os de nacionalidade portuguesa, em diversos bairros de Recife, tendo sido registrados, ocasionalmente, confrontos entre policiais e grupos de “cacetistas”. Os políticos do “partido liberal praieiro”, alijado do poder, assim como artistas e artesãos recifenses, procuravam estimular a revolta popular, contando com o apoio do próprio Comandante do Corpo de Polícia, Antônio Carneiro Machado Rios, cujo irmão, segundo boatos posteriormente desmentidos, teria sido assassinado por adversários políticos em seu sítio. Entre os anos de 1847 e 1848, o povo ensandecido apedrejava as casas e o comércio dos estrangeiros, aos gritos “mata-mata marinho”, “fora os estrangeiros, a terra é nossa” e “Viva o Imperador”, verdadeiros gritos de guerra, que incentivavam a agressão e até a matança dos portugueses radicados na província de Pernambuco. Esse brado de revolta, entoado pelos revolucionários, de “mata-mata marinho”, sintetizava o ódio e a hostilidade que sentiam contra os portugueses. Diversos motins, manifestações de rua e agressões se repetiram em várias ocasiões, culminando com o ocorrido na manhã de 26/06/1848, quando um estudante do Liceu, depois de uma discussão, foi agredido por um comerciante português, sendo apoiado por colegas, tendo um deles desferido um golpe de bengala no português, que reagiu lançando na cabeça do estudante um peso, o que provocou ações de saques a lojas

4 Amaro Quintas. Os fecha-fecha de 1844 e 1845. In: Revista do Arquivo Público Estadual.

e muita pancadaria, desencadeando-se uma rebelião nos dias 26 e 27 de junho de 1848, como antecedente da Revolução Praieira que se avizinhava.

REBELIÃO PRAIEIRA EM PERNAMBUCO (1848-1850).

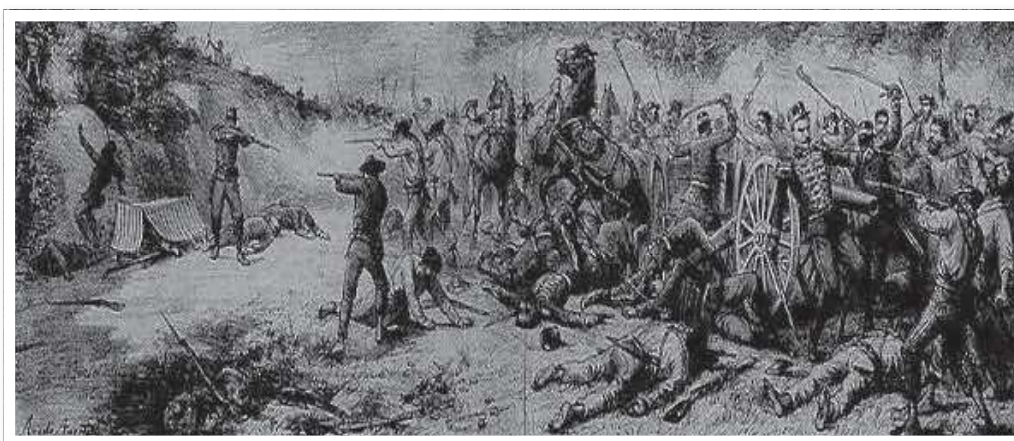
Como outras revoltas do século XIX, a *Rebelião Praieira*, entre os anos de 1848 e 1850, foi uma revolta de caráter liberal e federalista, que irrompeu em decorrência de divergências e disputas entre os grupos liberais e conservadores da província de Pernambuco. Com a queda do gabinete liberal no Rio, e o conseqüente retorno dos conservadores ao poder, foi nomeado para presidir a província de Pernambuco, Herculano Ferreira Pena. A Rebelião Praieira em Pernambuco se iniciou em 07/11/1848, tendo origem a denominação “praieira” no fato de o jornal revolucionário *Diário Novo* ter suas oficinas na Rua da Praia, em Recife. A ação armada dos praieiros se iniciou em Olinda, sob o comando de Joaquim Nunes Machado, Félix Peixoto e Antônio Borges da Fonseca, e, no ano seguinte, se estendeu para Recife, onde Nunes Machado foi morto e Borges da Fonseca, preso, em luta contra as tropas do novo presidente da província de Pernambuco, Manuel José Vieira Tosta, e do brigadeiro José Joaquim Coelho. A ação revolucionária prosseguiu no interior, liderada por Pedro Ivo Veloso da Silveira, conhecido como Capitão da Praia, que, no meio da mata, continuou a ação de rebeldia e resistência, contando em sua tropa com pequenos arrendatários, boiadeiros, mascates, mulatos e negros. Muitas foram as batalhas entre as forças governistas e os revolucionários, como as de Maricota, Mussupinho, Cruangi e outras. Pedro Ivo resistiu por algum tempo, mas depois, a pedido do próprio pai, e confiando nas promessas do governo de anistia plena, se entregou em 03/02/1849. O governo não cumpriu o prometido e o prendeu no Rio, na fortaleza de Santa Cruz, transferindo-o depois para a fortaleza de Lage na Baía da Guanabara, de onde, com a ajuda de influentes figuras liberais, fugiu em 20/04/1851 e embarcou para a Europa, em navio estrangeiro, onde morreu ainda em águas brasileiras, sendo seu corpo atirado ao mar.

REVOLTA OU GUERRA DE CANUDOS (1893-1897).

Antônio Vicente Mendes Maciel, que ficou conhecido pelo cognome de Antônio Conselheiro, nasceu em Quixeramobim – Ceará, em 13 de março

de 1830, e ficou órfão de mãe aos seis anos. Aprendeu a ler e escrever e aos 25 anos, com a morte do pai, assumiu o armazém da família. Sem experiência, quebrou. Casou-se dois anos depois e mudou-se para Sobral, onde passou a dar aulas para os filhos de comerciantes e fazendeiros da região, atuando nessa comarca como rábula. Tentando melhorar de vida, mudou-se sucessivamente para Campo Grande (Guaraciaba do Norte), Santa Quitéria e, finalmente, Ipu, nas proximidades da Serra da Ibiapaba. Em 1861, surpreendeu a mulher quando o traía com um sargento de polícia, em sua residência, na Vila do Ipu Grande. Envergonhado, humilhado e abatido, fugiu da cidade com destino aos sertões do Cariri, passando a viver como peregrino, conquistando aos poucos a fama de santo. Esteve em Sergipe, passou pela Bahia e, na grande seca de 1877, começou a acolher flagelados, e também criminosos, defendendo, em favor deles, a “ética dos desesperados”, segundo a qual “roubar para matar a fome não é crime”. Com a libertação dos escravos em 1888, muitos libertos e os expulsos de fazendas, sem terem meios de sobrevivência, decidiram procurar o já famoso Antônio Conselheiro, considerado figura santa e profeta enviado por Deus. Cansado de tanto vagar pelos sertões, em 1893 Antônio Conselheiro decidiu se fixar no Arraial de Canudos, à margem do Rio Vaza-Barris. Renomeou o lugar de “Belo Monte”, onde passou a acolher errantes do sertão e flagelados da seca, permitindo a todos o acesso à terra e a tranquilidade para trabalhar sem as pressões dos feitores. Milhares de agricultores pobres, flagelados, índios e escravos-libertos foram reunidos numa comunidade igualitária, baseada nos princípios da solidariedade e da caridade cristã. A grande evasão de pequenos agricultores das fazendas e dos engenhos passou, entretanto, a incomodar os proprietários de terras, que apelaram para o governo, denominando de comunistas Antônio Conselheiro e seus seguidores. A Guerra de Canudos teve início em 24 de novembro de 1896, quando a tropa do exército comandada pelo Tenente Pires Ferreira, que marchava contra Canudos, foi interceptada em Uauá pelos seguidores de Antônio Conselheiro, num combate corpo-a-corpo, em que morreram mais de cento e cinquenta defensores de Canudos e, entre os atacantes, oito militares e dois guias. As tropas do exército se retiraram, mas retornaram para um segundo ataque em 29 de dezembro de 1896. Numa terceira tentativa de eliminação de Canudos, o comandante Antônio Moreira César foi morto, ocasionando a fuga da tropa, que deixou para trás armamentos e munições.

Em 5 de abril de 1897, o Arraial de Canudos foi cercado e, por uma questão de honra do exército, foram eliminados todos os partidários de Antônio Conselheiro, inclusive os que tentaram se render. Numa “varredura” final, em 5 de outubro de 1897, foram mortos os sobreviventes da primeira chacina e destruído completamente o que restava do Arraial de Canudos.



Guerra de Canudos retratada na Revista Don Quixote (1897).

Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/guerra-canudos.htm> Acessado em 22 de novembro de 2024

No dia seguinte, o cadáver de Antônio Conselheiro foi encontrado enterrado no Santuário de Canudos. Deceparam sua cabeça e a enviaram para estudo na Faculdade de Medicina de Salvador, pela Dra. Nina Rodrigues, maior autoridade sanitária da época, que diagnosticou ser Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, portador de psicose sistemática progressiva.

A REVOLTA DE 1912 NO CEARÁ.

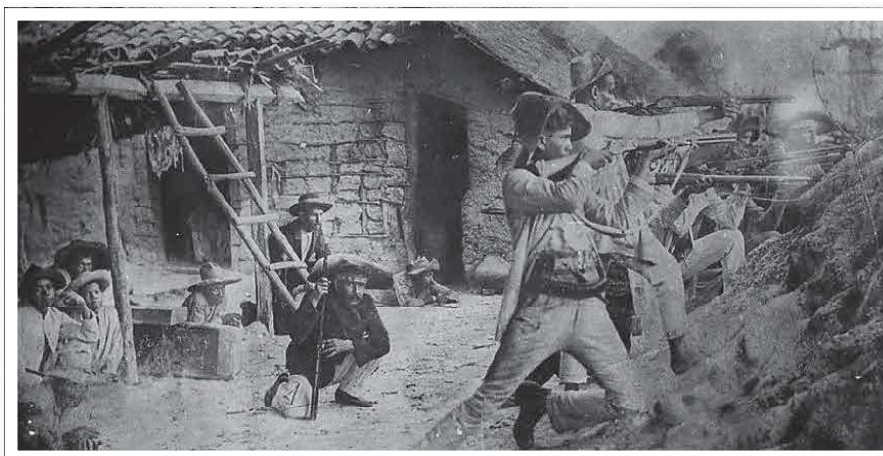
Entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1912, ocorreu em Fortaleza uma das maiores revoltas de sua história, transformando-se as ruas e praças da cidade em verdadeiros campos de batalha. Os sediciosos, não conseguindo derrotar Nogueira Acioly nas urnas, em razão de fraudes eleitorais que o vinham mantendo no poder há vários anos, realizaram, durante três dias, tiroteios, depredações, incêndios de fábricas e viradas de bondes. Nos confrontos com as forças governistas, resultaram centenas de mortos e feridos. Os

amotinados exigiam a saída do governador, em cujo governo prevaleceu o autoritarismo, a corrupção, o nepotismo, o voto de cabresto, a fraude, os desvios de verbas, as perseguições e espancamentos de adversários, além do fechamento de jornais oposicionistas e da repressão violenta contra os trabalhadores, como a que ocorreu quando os catraieiros decidiram fazer greve em 3 de janeiro de 1904 e foram alvejados pela polícia, morrendo sete trabalhadores e ficando feridos mais de quarenta. A partir dessa chacina, os oposicionistas se uniram, reunindo profissionais liberais, comerciantes, populares, partidários das oligarquias dissidentes e intelectuais, dentre os quais Rodolfo Teófilo, João Brígido e Antônio Sales, e lançaram a candidatura ao governo do Ceará do Cel. Marcos Franco Rabelo, que granjeara a simpatia e a admiração popular como professor da escola militar, por seu caráter e integridade, e por ser devotado aos estudos e defensor da paz. Fortaleceu-se a oposição a Nogueira Acioly e a seu candidato ao governo do Ceará. Duas grandes passeatas foram realizadas (as primeiras no Ceará) com milhares de participantes: a das moças e a das crianças. Na das moças, a polícia não interferiu, mas, em 21/01/1912, na “passeata das crianças”, a cavalaria policial avançou sobre a multidão pisoteando muitos dos participantes e atirando e matando várias crianças. Na manhã do dia seguinte, começou, entre populares e pais de família e a soldadesca, uma grande batalha, que só terminou no dia 24 de janeiro, quando Nogueira Acioly entregou sua renúncia, aceitando as condições impostas pela oposição: de jamais voltar a ser candidato ao governo do Estado, mesmo com o apoio do Governo Federal, e de deixar imediatamente o Palácio da Luz e viajar no primeiro navio que o levasse para o Sul. Nogueira Acioly foi embarcado às pressas para o Rio, num navio de cabotagem, onde, durante a viagem, ocorreu um tiroteio no qual morreu seu filho primogênito Antônio Pinto Nogueira Acioly Filho. Nas eleições para a presidência do Ceará, o candidato oposicionista Franco Rabelo foi eleito com 1.491 votos, contra 208 do candidato da oligarquia aciolina Bezerril Fontenele.

A SEDIÇÃO DE JUAZEIRO (1913-1914).

Em 4 de outubro de 1911, o Padre Cícero e 16 líderes políticos do Cariri se reuniram em Juazeiro e firmaram um acordo de mútua colaboração, comprometendo-se a apoiar o governador Nogueira Acioly. Essa aliança recebeu a

denominação de “*pacto dos coronéis*” e teve por objetivo combater a “*política das salvaçãoes*” criada pelo presidente Hermes da Fonseca, cujo objetivo era enfraquecer os coronéis e a oposição, pela possibilidade de promover intervenção federal nos Estados, e, assim, evitar que os oposicionistas assumissem os governos estaduais. Dessa forma, ficariam neutralizadas as ações das oligarquias mais poderosas dos Estados. Com a queda de Nogueira Acioly, depois de Franco Rabelo ter assumido o governo do Ceará, rompeu com o governo federal de Hermes da Fonseca e recusou qualquer tipo de aliança com a antiga oligarquia que estava no poder no Ceará, ligando-se a outras forças políticas e tornando inoperantes as bases do Pacto dos Coronéis, estabelecido por Floro Bartolomeu e Padre Cícero na região do Cariri. Com o objetivo de desarticular os grupos de oposição no Estado, e reduzir, e até extinguir, a influência política do Padre Cícero no Cariri, Franco Rabelo, sob o argumento de combater a criminalidade e o banditismo, deslocou para o Crato cerca de 200 policiais, para efetuarem prisões de jagunços ligados a coronéis de oposição. Além disso, afastou de cargos públicos pessoas da confiança do Padre Cícero, acusando-o de abrigar bandidos. Com a ida de Floro Bartolomeu ao Rio de Janeiro, para encontrar com Nogueira Acioly e Pinheiro Machado, Franco Rabelo pressentiu que estava sendo tramada uma conspiração contra seu governo, com o apoio do Padre Cícero. Com efeito, na volta de Floro Bartolomeu, em 12 de dezembro de 1913 foi constituída no Cariri uma assembleia dissidente, que declarou ilegal o governo de Franco Rabelo e nomeou um governo paralelo, tendo como presidente provisório Floro Bartolomeu. Por determinação do governador Franco Rabelo, as tropas estacionadas no Crato se deslocaram para realizarem a imediata invasão militar de Juazeiro, mas, quando lá chegaram, se depararam com uma vala cavada em torno da cidade, denominada de “Círculo da Mãe das Dores”, que dificultou a primeira ofensiva, na qual foram derrotadas pelos seguidores do Padre Cícero, com o apoio de cangaceiros reunidos por Floro Bartolomeu. Tiveram que recuar para o Crato. Franco Rabelo enviou mais soldados, com o apoio de um canhão, que não funcionou, sendo as forças “rabelistas” derrotadas novamente pelos revoltosos.



Tropa de Juazeiro nas trincheiras. Agachado, de blusa preta, está Dr. Floro Bartolomeu da Costa
Fonte: https://museudejuazeirodonorte.blogspot.com/p/blog-page_15.html Acesso: 22 de novembro de 2024

Em 24 de janeiro de 1914, os sediciosos ocuparam o Crato e várias outras cidades, como Senador Pompeu e Quixeramobim, até chegarem nas proximidades de Fortaleza, onde, obedecendo a ordens recebidas de não invadir a capital, estacionaram nas vizinhanças da cidade, em Maranguape, Messejana e Parangaba. O governo da República decretou a intervenção federal no Ceará, sendo deposto o governador Franco Rabelo, em 15 de março de 1914, tendo sido designado, para substituí-lo, na condição de interventor do Estado o coronel Setembrino de Carvalho.

BIBLIOGRAFIA

- **Ataque dos Índios Caetés e Cerco de Igarassu – Pernambuco (1549):**

Staden, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. Editorial IBC - Instituto Brasileiro de Cultura Ltda. 2020.

- **Guerra dos Aimorés na Bahia:**

DEL PRIORI, Mary e VENÂNCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. Editora Planeta do Brasil. 2010.

- **Guerra dos Potiguaras na Paraíba:**

MOONEN, Frans. **Os índios potiguaras na Paraíba**. 2ª Edição digital aumentada. Recife. 2008.

- **Invasões francesas:**

ALMEIDA, A. Duarte. **As Invasões francesas** – Coleção Portugal Histórico. Editora João Romano Torres - Lisboa. 1983.

MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. **La Ravardière e a França Equinocial – Os franceses no Maranhão**. Topbooks Editora. 2007.

- **Invasões holandesas:**

NETSCHER, P. M. **Os Holandeses no Brasil**. Editora Companhia Nacional. 1942.

PINHEIRO, Ten. Cel. Raimundo Teles. **Invasões Francesas e Holandesas no Brasil**. Imprensa Oficial. 1956.

— **A invasão holandesa – vitórias de Guararapes**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo C – 1986, p. 75-81.

- **Quilombo dos Palmares:**

ARAÚJO, Zezito. **Quilombo dos Palmares: Negociações e Conflitos**. Editora Eduneal. 2020.

PÉRET, Benjamin. **O Quilombo dos Palmares**. Editora UFRGS. 2002.

- **Guerra dos Bárbaros e a Rebelião de 1713:**

PUNTONI, Pedro. **Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil 1650-1720**. Hucitec Editora 2002.

STUDART FILHO, Carlos **A Rebelião de 1713**. Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXXVII – 1963, p. 9 a 24.

- **Revolta de Beckman:**

NADAI, Elza e NEVES, Joana. **História do Brasil da Colônia à República. A Revolta de Beckman**, p. 73-74. Edição Saraiva. 1982.

- **Levante da Ribeira do Jaguaribe:**

GIRÃO, Raimundo **A Mancha do Povoamento do Vale do Jaguaribe (1600-**

1700). 1986. <https://www.raimundogirao.com.br>

STUDART FILHO, Carlos. **Notas históricas sobre os Baiacu do Ceará**. Revista do Instituto do Ceará, t. LXXII – 1958, p. 15-34.

VICENTE, Marcos Felipe. **Guerras Paiaku no Jaguaribe**. Revista Impressões Rebeldes. Ano 9, n. 2 (jul-dez), 2021.

- **Guerra dos Mascates:**

REAL, Miguel. **A Guerra dos Mascates**. Editora Dom Quixote. 2011.

- **Conjuração Baiana ou Guerra dos Alfaiates:**

LINHARES, Marcelo. **A Conjuração Baiana de 1798**. Revista do Instituto do Ceará Tomo CXV – 115. 2001, p. 101-109.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX**. Editora Currupio. 2004.

- **Conspiração dos Suassunas:**

BRITO, Karine Ferreira. **Conspiração dos Suassunas**. Arquivado em Brasil Colônia. <https://www.infoescola.com/historia/conspiracao-dos-suassunas/>.

- **Revolução Pernambucana de 1817:**

NOGUEIRA, Valdevino. **Discurso na comemoração do centenário da revolução de 1817**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XXXI – 1917, p. 3-12.

QUINTAS, Amaro. **A Revolução de 1817**. José Olympio Editora. 1985.

STUDART FILHO, Carlos. Revista do Instituto do Ceará. Tomo Especial. **A Revolução de 1817 no Ceará**. 2022, p. 48-167.

TAVARES, Monsenhor Muniz. **História da Revolução de 1817**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XII - 1898, p. 255-259.

- **A Revolução do Ceará em 1821:**

RUBIM, Braz da Costa. **Memória sobre a Revolução do Ceará em 1821**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XXV – 1911, p. 315-339.

- **Revolta de Índios em Maranguape:**

Documentário. **Índios Revoltosos na Serra de Maranguape**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo CIX – 1995, p. 315-318.

- **Batalha do Jenipapo:**

BENTO, Coronel Cláudio Moreira. **O Combate de Jenipapo**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo Especial. 2022, p. 520-594.

CASTRO, Francisco. **A Guerra do Jenipapo – A Independência do Piauí**. Editora FTD. 2002.

- **Guerra da Independência da Bahia:**

AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Editora Progresso. 1957.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Editora UFBA. 2005.

- **Confederação do Equador:**

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ – **Tomo Especial do Bicentenário da Confederação do Equador**. Expressão Gráfica e Editora. 364 p. 2024.

STUDART, Barão de. **O Movimento Republicano de 1824 no Ceará**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo Especial 1924, p. 613-618.

- **Setembrada no Maranhão:**

ABRANCHES, Dunshee de. **A Setembrada: a revolução liberal de 1831 em Maranhão**. Editora Typographia Jornal do Comércio. 1933.

- **Novembrada em Pernambuco:**

PINHEIRO, Raimundo Teles. **Novembrada**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XCV – 1981, p. 60-65.

- **Abrilada em Pernambuco:**

NOBRE, Geraldo. **Alguns documentos para a história da Abrilada**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXXXVIII – 1974, p. 206-215.

- **Revolta do Guanais ou Revolução Federalista:**

ARAS, Lina Maria Brandão de. **Escravos nos movimentos federalistas. Bahia, 1832-1833**. Artigo. Periódicos2uesb.br. 2012.

- **A Sedição de Juazeiro:**

PINHEIRO, Irineu. **Joaquim Pinto Madeira e a Revolução de 1832**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LVII, 1943. p. 20-34.

SAMPAIO, Filgueira. **Revolução de Juazeiro**. Noções de História do Ceará, p. 74.

- **A Revolta dos Cabanos:**

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Editora Ler é Viver. 1978.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. **As guerras nas matas do Jacuípe**. CLIO. São Paulo. 2015.

- **A Revolta dos Malês:**

RIBEIRO, Gilvan. **Malês: A revolta dos escravizados na Bahia e seu legado**. Editora Planeta. 2023.

- **Carneiradas em Pernambuco:**

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **As Carneiradas**. Clio – Revista do Curso de Mestrado em História. Recife: UFPE, nº 3, p. 91-103. 1980.

- **Sabinada na Bahia:**

SOUZA, Paulo César. **A Sabinada – A Revolta Separatista da Bahia de 1837**. Editora Brasiliense. 1987.

- **Balaiada no Maranhão:**

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão**. Editora Ática. 1983.

- **Movimentos pré-políticos Fecha-fecha e Mata-mata:**

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Os Movimentos Pré-políticos da década de 1840-1850 em Pernambuco – Fecha-fecha e Mata-mata**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XCIII - 1979, p. 289-312.

- **Rebelião Praieira em Pernambuco:**

MARSON, Izabel Andrade. **A Revolução Praieira**. Editora Brasiliense. 1981.

QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. Editora Atlântica. 1954

- **Revolta ou Guerra de Canudos:**

ALCÂNTARA, Lúcio Gonçalo de. **Canudos vive**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo CX – 1996, p. 167-179.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. **A historiografia tradicional de Canudos**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo CXIII – 1999, p. 371-376.

- **Revolta de 1912 no Ceará:**

FIRMEZA, Hermenegildo. **A Revolução de 1912 no Ceará**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXXVII – 1963, p. 25-59.

- **Sedição de Juazeiro e o Pacto dos Coronéis:**

CARVALHO, Carlos Livino de. **A tomada do Crato**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XLVI – 46. 1932. 119-136

SUCUPIRA, Luís. **A Política dos Governadores (O governo oligárquico do Dr. Antônio Nogueira Acioli. Sua queda (1912) – Franco Rabelo. A intervenção federal. A sedição do Juazeiro do Padre Cícero**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo Especial 8 – 1987, p. 194-214.
